VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIOS DE PAGAMENTO E IDENTIFICAÇÃO S.A.

CNPJ/MF 33.113.309/0001-47 - NIRE 33.3.0027799-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. relativas aos exercícios findos em 31/12/2017 e de 2016, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. **Comentários da Administração:** Prezados, Assim como 2016, o ano de 2017 apresentou enormes desafios nos mercados em que a Valid atua. Por diferentes motivos e em diferentes regiões, enfrentamos um mercado com maior restrição de demanda e contínua pressão por preços. Entretanto, mesmo nesse cenário, ao analisarmos a evolução dos trimestres em 2017, podemos constatar uma estabilização dos volumes de venda. Esse ponto de inflexão nos mercados, associado às ações de ganho de eficiência implementados a partir de 2017, nos deixam confiantes para buscarmos uma recuperação de margem gradual ao longo de 2018. Em paralelo, evoluímos em novos modelos de negócios (IoT, rastreabilidade e Blockchain), em linha com a estratégia de participarmos de forma relevante da evolução tecnológica dos nossos mercados. Além do exposto acima, é importante ressaltar que apesar da Receita Líquida consolidada da Cia. apresentar uma queda de 8,7%, não houve queda na receita da operação no Brasil (R$ 866,9 milhões em 2017 vs. R$ 862,8 milhões em 2016). A redução se deu nas operações fora do país, sendo que metade desta queda se deu pela redução da taxa de câmbio entre os períodos. A inflexão nos mercados, respeitando o fator sazonalidade, é demonstrada com a evolução da margem EBITDA ao longo dos quatro trimestres de 2017. Apesar da redução de 11,8% no EBITDA em 2017 (R$ 246MM) vs. 2016 (R$ 279MM), apresentamos uma redução recorrente na diferença YoY em cada trimestre, sendo que o 4T17 apresentou crescimento de 5,3% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior (R$66,1MM vs. R$62,8MM) após seis trimestres consecutivos de queda. O EBITDA do 4T17 ainda foi impactado por aumento nas despesas com ações implementadas para ganho de eficiência em Meios de Pagamento no Brasil, que somaram cerca de R$3,3MM. A receita por sua vez, saiu de R$417MM no 4T16 para R$ 412MM no 4T17 resultando em uma queda de 1,2%. O aumento de margem, mesmo com o decréscimo na receita, é impacto das ações de reduções de custos iniciadas em 2017 nas áreas de cadeia de suprimentos (diretos e indiretos) e na padronização do processo fabril. Ao longo de 2017 já implementamos ações que visam reduzir os custos em R$57MM e mantemos o compromisso de intensificar as ações para atingirmos R$80MM de redução até o final do 2T19. A divisão de Identificação se destacou novamente na evolução dos resultados na comparação entre 4T17 e 4T16, apresentando um acréscimo de EBITDA de 26% (R$41,9MM vs. R$ 33,2MM), de 4,7 p.p. na margem EBITDA (33,3% vs. 28,6%) e um crescimento de receita de 8,5%. No Brasil, isso se deve à normalização dos volumes de documentos emitidos, em linha com a expectativa do negócio e às ações implementadas ao longo de 2017, que trouxeram maior eficiência operacional, mesmo após o início da nova cobrança do Serpro a partir fevereiro de 2017 impactando em um custo adicional acumulado no ano de R$ 20.1MM. Além disso, novos modelos de negócio, como o "Selo Água" (modelo de rastreabilidade para galões de 10L e 20L de água), já possuem uma evolução relevante de volume com perspectiva de crescimento para os próximos anos. Outro fator de crescimento na divisão é a operação nos EUA. Iniciamos as emissões em fevereiro de 2017 e concluímos a entrega da estrutura para emissão de documentos (56 postos de atendimento) ao longo do 1º semestre de 2017. O volume de documentos emitidos no 2º semestre de 2017 está em linha com a expectativa da demanda total do contrato (1,7MM/ano). Com o fim da estruturação da operação e com o início da emissão dos documentos, temos nos posicionado de forma mais competitiva junto aos demais Estados, objetivando participação mais efetiva nas futuras concorrências visando o aumento de market share. Em Mobile, após o 1T17 ter apresentado redução nos volumes por questões mercadológicas com consolidação de algumas operadoras a nível global, os demais trimestres apresentam uma normalização dos volumes com crescimento marginal, em linha com o esperado para a divisão. O 4T17 apresentou um crescimento de volume de 3,0% (107,9MM vs. 104,8MM) vs. o mesmo período do ano anterior e uma queda na receita de 4,1% (R$ 100,2MM vs. R$104,5MM). Por sua vez, o EBITDA teve crescimento saindo de R$15,3MM no 4T16 para R$ 17,8MM no 4T17 (+16,3%) devido ao mix dos pedidos entre as operadoras. Dentro da estratégia de evoluirmos nos modelos de negócio da era da vida conectada (IoT), estamos buscando expansão no mercado chinês, que visa, além da necessidade de produção na China do e-Sim, ou embedded SIM, para suprir a demanda do serviço neste país, uma maior capacidade de redução de custos na fabricação do SimCard removível. Na área de Meios de Pagamentos, o 4T17 consolidou a tendência de normalização dos volumes de cartões, tanto nos EUA quanto em Latam. Nos EUA o volume de cartões EMV tiveram um acréscimo de 10,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior (15,6MM vs. 14,1MM) e uma margem EBITDA consolidada de 4,9%, refletindo uma melhor distribuição no mix de produtos se compararmos com o 3T17 (0,2%). Em Latam, além das vendas terem reduzido de R$ 89MM no 4T16 para R$74,4, no 4T17 ocorreram despesas referentes às ações de ganhos de eficiência que totalizaram R$ 3,3MM acarretando em uma margem EBITDA de -1,2% no 4T17 vs. 4,2% no 4T16 e 5,5% no 3T17. Com a normalização dos volumes, as ações de ganho de eficiência serão o principal fator de recuperação de resultados em 2018 na divisão. Ao longo de 2017, tivemos um gasto de R$ 46,5 milhões em CAPEX e um gasto de R$ 37,1 milhões com a aquisição de participação na Cubic Telecom em linha com a estratégia de alocação de recursos em oportunidades que venham a acelerar nosso posicionamento na era digitalizada e da Internet das Coisas, mas sem perdermos a capacidade de manutenção, produção e qualidade dos serviços tradicionais. Após uma geração de caixa operacional negativa nos 6M17 de R$ 45 milhões, finalizamos 2017 com uma geração de caixa operacional positiva em R$ 81,9 milhões, no qual R$ 87,6 milhões foram gerados no 4T17. Em fevereiro de 2017, abrimos um programa de recompra de ações que se estendeu até fevereiro de 2018 podendo envolver um total de até um milhão de ações desde seu início, correspondente a 1,57% das ações em circulação. Encerramos o trimestre com 712.325 ações mantidas em tesouraria, o que corresponde a 1,02% do total de ações em circulação a um preço médio de R$ 18,35. Referente à política de dividendos, mantemos o compromisso de distribuir pelo menos 50% do nosso lucro líquido, sem que isso comprometa nossa política de crescimento, também através de aquisições e desenvolvimento de novos negócios. Em AGO realizada em 28/04/2017, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R$ 10,8 milhões, com pagamento realizado em 12/05/2017 e, em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 8/11/2017, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R$ 14,1 milhões, equivalentes a R$ 0,20 por ação com pagamento em 24/11/2017. No total do ano, já pagamos R$ 24,9 milhões em dividendos e R$ 13,2 milhões em JSCP. Após dois anos de muitos desafios, a evolução ao longo dos trimestres de 2017 ratifica o momento de estabilização dos nossos mercados. 2018 com certeza apresentará outros desafios, porém a normalização dos mercados e as ações em ganhos de eficiência, que começaram a ser implementadas em 2017, nos trazem a certeza que estamos passando por um período de inflexão com expectativa de volta ao crescimento. Agradecemos novamente pela confiança depositada em nosso corpo executivo e em nosso time de colaboradores que estão comprometidos com o atingimento destes objetivos. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst Young Auditores Independentes ("EY") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Cia. e suas empresas controladas. Em 2017, a remuneração da EY referente aos serviços de auditoria independente da Cia., sediada no Brasil, foi de R$869 mil. Adicionalmente, a EY prestou outros serviços profissionais relacionados à auditoria independente no montante total de R$160 mil, referentes basicamente ao diagnóstico de novos IFRS´s: (i) Reconhecimento de Receita e (ii) Instrumentos Financeiros. As políticas da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício findo em 31/12/2017, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços não relacionados à auditoria. **Governança Corporativa:** A Cia. adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. Para melhor ilustrar as boas práticas adotadas, a Cia. possui exclusivamente ações ordinárias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA – B3), possui um Conselho de Administração com sete membros sendo cinco deles independentes e segue o regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. O Novo Mercado é um segmento de listagem da BM&FBOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação vigente. **Responsabilidade Socioambiental:** Visando o alcance dos propósitos da organização e alinhado à estratégia corporativa, a Valid possui o Sistema de Gestão de Responsabilidade Total o qual abrange o atendimento à qualidade dos produtos e serviços, segurança física, segurança da informação, responsabilidade social, responsabilidade ambiental e gestão de riscos. O Sistema de Gestão de Responsabilidade Total da Valid integra as certificações FSC, ISO 9001, NBR15540, ISO 27001, normas, Código de Ética e Conduta Global, Política de Segurança Patrimonial, Política de Segurança da Informação, Política de Gestão de Riscos, requisitos legais aplicáveis, boas práticas de responsabilidade social e práticas de responsabilidade ambiental que abrangem o tratamento de efluentes e a destinação correta de resíduos industriais. Este modelo está implantado em três unidades de sua operação no Brasil e é aplicado com o objetivo de atender as necessidades dos clientes e demais partes interessadas, em busca da fidelização e melhoria contínua, além de externar o comprometimento da Valid com o atendimento das legislações vigentes, bem como o desenvolvimento sustentável. A Cia. aporta recursos em vários projetos que promovem o bem-estar social, a disseminação da cultura brasileira e o desenvolvimento educacional de crianças e jovens pelo Brasil, tais como: Projeto Horizonte com a ONG Luar que atende em torno de 16 adolescentes por ano em situação de vulnerabilidade social, e já formou 127 adolescentes, além de empregar 215 jovens aprendizes em nossas unidades; o Projeto Aprendizes PCD que da formação técnica a jovens portadores de deficiência física, auditiva, visual ou intelectual; o Circuito Cine Curta que combina o cinema com a educação em um ambiente de aprendizagem, apresentando pequenas produções brasileiras premiadas para estudantes de 4 a 18 anos de escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro e o Passageiro do Futuro que treina adolescentes para papéis técnicos e artísticos no teatro. São oferecidos workshops de capacitação em design de cenários, vestuário, som, maquiagem, atuação e treinamento físico e vocal para os jovens entre 15 e 21 anos. Sabemos que com Valid, e junto aos quase 6.000 funcionários, podemos influenciar positivamente as comunidades onde atuamos e por este motivo, buscamos o desenvolvimento social contínuo do nosso entorno. **Aderência à Câmara de Arbitragem:** A Cia., seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Cia., na Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento. **Agradecimentos:** Reconhecendo que os resultados alcançados pela Valid S.A. em 2017 são frutos do esforço, empenho, apoio e profissionalismo de todos que de alguma forma estão relacionados ao nosso negócio, a Cia. gostaria de agradecer a todos os colaboradores, acionistas, membros do Conselho de Administração, membros do conselho fiscal, clientes e fornecedores.

Balanços patrimoniais 31/12/2017 e 2016 (Em MR$)

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	Nota	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	165.805	252.491	296.857	394.777
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	16.715	5.842
Contas a receber de clientes	5	121.325	111.272	335.165	298.500
Créditos com partes relacionadas	15	7.677	403	-	-
Impostos a recuperar	6.a	11.845	11.722	51.491	25.173
Estoques	7	47.599	61.918	118.262	128.999
Outros ativos		4.694	7.660	40.237	49.275
		358.945	445.466	858.727	902.566
Ativo disponível para venda	11	791	-	791	-
		359.736	445.466	859.518	902.566
Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	13.035	4.305	18.101	12.755
Títulos e valores mobiliários	4	739	323	739	323
Depósitos judiciais	8	31.484	31.358	38.282	37.254
Impostos a recuperar	6.a	21.835	20.677	22.513	21.279
IR e contribuição social diferidos	6.b	34.694	37.237	61.275	66.581
Outras contas a receber		1.035	1.471	38.427	5.501
Investimentos	9	727.347	729.357	39.006	-
Imobilizado	11	185.270	209.597	364.250	400.460
Intangível	10	24.348	28.006	617.654	627.978
		1.039.787	1.062.331	1.200.247	1.172.131
Total do ativo		1.399.523	1.507.797	2.059.765	2.074.697
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
Circulante		2017	2016	2017	2016
Fornecedores		28.709	34.435	99.705	106.027
Débitos com partes relacionadas	15	4.880	1.488	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* a pagar	12	127.805	85.856	255.885	326.049
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		37.035	35.935	63.915	68.002
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.c	6.572	5.827	11.252	11.694
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16.d	8	13.188	8	13.188
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		2.663	4.186	17.353	19.123
		207.672	180.915	448.118	544.083
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* a pagar	12	199.613	331.300	549.599	475.421
Provisões	14	13.237	14.861	17.407	19.789
IR e contribuição social diferidos	6.b	-	-	36.805	32.980
Outras contas a pagar		-	-	17.141	10.274
		212.850	346.161	620.952	538.464
Total do passivo		420.522	527.076	1.069.070	1.082.547
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	904.508	740.820	904.508	740.820
Reservas de capital	16.b	(2.274)	8.098	(2.274)	8.098
Reservas de lucros	16.c	137.507	298.188	137.507	298.188
Ajustes acumulados de conversão	16.e	(71.317)	(77.227)	(71.317)	(77.227)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	16.d	10.577	10.842	10.577	10.842
		979.001	980.721	979.001	980.721
Participações não controladoras	16.f	-	-	11.694	11.429
Total do patrimônio líquido		979.001	980.721	990.695	992.150
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.399.523	1.507.797	2.059.765	2.074.697

Demonstrações dos resultados 31/12/2017 e 2016 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita de vendas líquida	22	657.737	666.486	1.574.474	1.723.850
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	23	(532.582)	(562.576)	(1.220.947)	(1.277.200)
Lucro bruto		125.155	103.910	353.527	446.650
Despesas com vendas	23	(32.853)	(38.964)	(115.121)	(163.936)
Despesas gerais e administrativas	23	(31.311)	(41.716)	(88.114)	(101.414)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(19.999)	(21.548)	(54.898)	(68.104)
Resultado de equivalência patrimonial	9	10.681	77.732	(1.659)	-
Lucro antes do resultado financeiro		51.673	79.414	93.735	113.196
Receitas financeiras	24	25.080	21.090	74.100	53.028
Despesas financeiras	24	(41.415)	(57.327)	(103.423)	(98.778)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		35.338	43.177	64.412	67.446
IR e contribuição social correntes	6.d	(5.108)	-	(27.294)	(36.425)
IR e contribuição social diferidos	6.d	(2.543)	23.326	(9.360)	35.608
Lucro líquido do período de operações continuadas		27.687	66.503	27.758	66.629
Resultado líquido do período proveniente de operações descontinuadas	9	-	21.766	-	21.766
Lucro líquido do período		27.687	88.269	27.758	88.395
Resultado atribuível a					
Acionistas controladores		27.687	88.269	27.687	88.269
Acionistas não controladores	16.f	-	-	71	126
Resultado por ação básico e diluído atribuível a:					
Proprietários da Controladora (em R$)	17	0,40506	1,36483	0,40506	1,36483

Demonstrações dos fluxos de caixa 31/12/2017 e 2016 (Em MR$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Caixa gerado nas operações		94.830	71.718	218.229	282.707
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		35.338	43.177	64.412	109.466
Conciliação do lucro antes dos tributos sobre o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação	11	37.204	38.171	67.461	70.464
Baixa de itens do ativo imobilizado	11	5.582	3.423	5.721	6.481
Amortização	10	6.261	5.206	45.456	41.683
Amortização mais valia dos estoques		-	-	-	1.530
Imposto sobre recebimento de dividendos de controladas no exterior		-	302	-	302
Atualização de depósitos judiciais	8	(2.020)	-	(2.269)	-
Provisão para obsolescência de imobilizado	11	(5.400)	5.400	(7.647)	12.183
Opções de outorgas reconhecidas	16	1.356	-	1.356	-
Provisão para perdas de estoques		-	-	1.027	-
Provisões	14	(401)	268	658	(2.591)
Provisão para perdas sobre créditos	5	(1.227)	3.381	(1.156)	17.422
Equivalência patrimonial	9	(10.681)	(77.732)	1.659	(1.939)
Desreconhecimento de passivo financeiro	12	(8.800)	-	(8.800)	-
Ganho na alienação de controlada	9	-	-	-	(40.081)
Despesas de juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	24	38.220	46.408	59.441	63.568
Variação cambial de empréstimos, adiantamentos e *leasing*	24	209	1.277	(22.682)	1.434
Juros e variação cambial sobre mútuos	24	-	2.437	-	2.785
Outras variações cambiais	24	(811)	-	13.592	-
Variações nos ativos e passivos		(26.571)	20.345	(136.303)	(59.603)
Contas a receber	5	(17.555)	19.695	(34.988)	4.212
Títulos e valores mobiliários	4	-	(323)	-	1.347
Impostos a recuperar	6	(6.389)	(1.443)	(11.339)	(9.228)
Estoques	7	14.319	10.849	9.152	32.813
Depósitos judiciais	8	1.893	(2.594)	1.703	(5.821)
Outras contas a receber		4.214	2.911	(22.958)	(4.738)
Créditos com partes relacionadas	15	(7.274)	-	-	-
Fornecedores		(14.878)	(4.312)	(33.663)	(13.613)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		1.100	(3.417)	(3.317)	(3.052)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6	3.694	(203)	(6.113)	(16.020)
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		(1.523)	(818)	(10.312)	(8.283)
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	14	(1.223)	-	(2.978)	-
Pagamento de IR e CSLL		(2.949)	-	(21.490)	(37.220)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		68.259	92.063	81.926	223.104
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	(11.019)	(24.335)	(25.182)	(64.094)
Aquisição de intangível	10	(2.603)	(10.085)	(21.299)	(33.330)
Caixa líquido proveniente da incorporação de investimentos		-	5.234	-	-
Valores recebidos na alienação de investimento	9	-	-	-	66.988
Títulos e valores mobiliários	4	(416)	-	(10.383)	-
Aumento de capital em controladas	9	(1.399)	(35.558)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	9	20.000	128.680	-	-
Aquisição da participação minoritária - CUBIC	9	-	-	(37.147)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		4.563	63.936	(94.011)	(30.436)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	16.d	(24.944)	(24.310)	(24.944)	(24.310)
Juros sobre capital próprio pagos	16.d	(13.181)	(37.272)	(13.181)	(37.272)
Ações em tesouraria	16.b	(11.728)	-	(11.728)	-
Pagamento de *leasing*		(6.371)	(8.756)	(9.388)	(10.498)
Captação de debêntures	12	-	199.613	-	199.613
Pagamento de debêntures	12	(62.500)	(62.500)	(62.500)	(62.500)
Pagamento de juros sobre debêntures	12	(40.784)	(47.372)	(40.784)	(47.372)
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	-	-	(646)	(1.131)
Pagamento de financiamentos	12	-	-	(6.782)	(6.696)
Pagamento de empréstimos	12	-	-	(231.219)	(77.467)
Pagamento de juros sobre empréstimos	12	-	-	(21.701)	(14.462)
Captação de empréstimos	12	-	-	330.416	57.495
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		(159.508)	19.403	(92.457)	(24.600)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(86.686)	175.402	(104.542)	168.068
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	252.491	77.089	394.777	241.283
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa mantido em moeda estrangeira		-	-	6.622	(14.574)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	165.805	252.491	296.857	394.777
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(86.686)	175.402	(104.542)	168.068

Demonstrações dos resultados abrangentes 31/12/2017 e 2016 (Em MR$)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do período	27.687	88.269	27.758	88.395
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Efeitos cambiais s/conversão de investimentos no exterior	5.910	(112.176)	6.104	(114.555)
Resultado abrangente total do período	33.597	(23.907)	33.862	(26.160)
Resultado abrangente atribuível a				
Proprietários da Controladora	33.597	(23.907)	33.597	(23.907)
Participações não controladoras	-	-	265	(2.253)

Demonstrações do valor adicionado 31/12/2017 e 2016 (Em MR$)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas	757.705	761.891	1.698.032	1.871.599
Vendas de mercadorias e serviços, líquidas de devoluções	755.634	764.832	1.695.819	1.846.492
Outras receitas	843	440	1.057	42.529
Provisão para perdas sobre créditos	1.228	(3.381)	1.156	(17.422)
Insumos adquiridos de terceiros	(277.973)	(306.536)	(802.194)	(870.946)
Custos das mercadorias e serviços	(237.237)	(253.587)	(686.595)	(717.837)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(40.736)	(52.949)	(115.599)	(153.109)
Valor adicionado bruto	479.732	455.355	895.838	1.000.653
Depreciação e amortização	(43.465)	(43.377)	(112.917)	(112.147)
Valor adicionado líquido produzido pela Cia.	436.267	411.978	782.921	888.506
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10.681	99.498	(1.659)	1.939
Receitas financeiras	25.080	21.090	74.100	53.028
Valor adicionado total a distribuir	472.028	532.566	855.362	943.473
Pessoal e encargos (exceto INSS)	240.219	242.574	465.152	499.874
Remuneração direta	162.644	158.175	359.857	384.660
Benefícios	59.702	68.998	83.161	95.293
FGTS	17.873	15.401	22.134	19.921
Impostos, taxas e contribuições	140.979	113.371	217.774	208.511
Federais	113.904	84.417	182.373	169.716
Estaduais	6.322	6.761	7.071	9.222
Municipais	20.753	22.193	28.330	29.573
Remuneração de capitais de terceiros	63.143	88.352	144.678	146.693
Juros	41.415	57.327	103.423	98.778
Aluguéis	21.728	31.025	41.255	47.915
Remuneração de capitais próprios	27.687	88.269	27.758	88.395
Dividendos e Juros sobre capital próprio	24.680	56.499	24.680	56.499
Lucros retidos	3.007	31.770	3.007	31.770
Participação não controladoras nos lucros retidos	-	-	71	126
Valor adicionado distribuído	472.028	532.566	855.362	943.473

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado) 31/12/2017 e 2016 (Em MR$)

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Opção de outorga reconhecida	Reservas de capital: Ações em tesouraria	Reservas de capital: Ganho na venda de ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para investimento	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total atribuído a proprietários da Controladora	Participações de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2015		740.820	6.111	(1.718)	3.083	45.469	220.948	16.094	34.949	-	1.065.756	12.470	1.078.226
Pagamento de dividendos adicionais propostos (valor bruto de R$0,248908 por ação)	16.d	-	-	-	-	-	-	(16.094)	-	-	(16.094)	-	(16.094)
Participações não controladoras oriundas da aquisição do Grupo Uram	16.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	971	971
Participações não controladoras oriundas da aquisição do Grupo Inemator	16.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241	241
Ações em tesouraria		-	-	373	249	-	-	-	-	-	622	-	622
Diferenças cambiais sobre investimento no exterior	16.e	-	-	-	-	-	-	-	(112.176)	-	(112.176)	(2.379)	(114.555)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	88.269	88.269	126	88.395
Constituição de reserva legal	16.c	-	-	-	-	4.414	-	-	-	(4.414)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	16.c	-	-	-	-	-	27.357	-	-	(27.357)	-	-	-
Pagamento de juros s/capital próprio (R$ 0,23529 por ação)	16.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.219)	(15.219)	-	(15.219)
Pagamento de juros s/capital próprio (R$ 0,23529 por ação)	16.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.259)	(17.259)	-	(17.259)
Deliberação de juros s/capital próprio (R$ 0,23529 por ação)	16.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.178)	(13.178)	-	(13.178)
Dividendos/juros sobre capital próprio adicionais	16.d	-	-	-	-	-	-	10.842	-	(10.842)	-	-	-
Saldos em 31/12/2016		740.820	6.111	(1.345)	3.332	49.883	248.305	10.842	(77.227)	-	980.721	11.429	992.150
Pagamento de dividendos adicionais propostos (valor bruto de R$0,168079 por ação)	16.d	-	-	-	-	-	-	(10.842)	-	-	(10.842)	-	(10.842)
Opções outorgadas reconhecidas	16.b	-	1.356	-	-	-	-	-	-	-	1.356	-	1.356
Ações em tesouraria	16.b	-	-	(11.728)	-	-	-	-	-	-	(11.728)	-	(11.728)
Aumento de capital através de bonificação de ações	16.a	163.688	-	-	-	-	(163.688)	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais sobre investimento no exterior	16.e	-	-	-	-	-	-	-	5.910	-	5.910	194	6.104
Lucro líquido do exercício	16.c	-	-	-	-	-	-	-	-	27.687	27.687	71	27.758
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	1.384	-	-	-	(1.384)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	16.c	-	-	-	-	-	1.623	-	-	(1.623)	-	-	-
Pagamento de dividendos (Valor bruto de R$0,20 por ação)	16.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.103)	(14.103)	-	(14.103)
Dividendos adicionais propostos	16.d	-	-	-	-	-	-	10.577	-	(10.577)	-	-	-
Saldos em 31/12/2017		904.508	7.467	(13.073)	3.332	51.267	86.240	10.577	(71.317)	-	979.001	11.694	990.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2017 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma): **1. Informações sobre a Cia.:** A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. ("Valid", "Controladora" ou "Cia."), com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231/16º andar, RJ, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos. A Cia. tem por objeto social, principalmente, a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos, codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos. A Cia. atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Cia. tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública. A Cia. e suas empresas controladas (aqui definidas como "Cia. e suas controladas") são as sociedades domiciliadas no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia, Argentina, México, Uruguai, Colômbia e Irlanda, conforme detalhado na Nota 2.3. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM. Como não existem diferenças nos patrimônios líquidos e nos resultados, entre as demonstrações financeiras da Controladora e as consolidadas preparadas de acordo com as IFRS´s e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Cia. optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Cia. entende que a manutenção dos contratos com os principais clientes, a captação de novos clientes, o sustentável relacionamento com os seus principais clientes para o próximo exercício e o desenvolvimento de novas soluções para atender novos clientes, permitem garantir resultados financeiros satisfatórios que auxiliam na análise financeira da Cia. Com as ferramentas aplicadas em seu processo de gestão, baseando-se nos históricos de resultados positivos, aliados ao acesso aos recursos financeiros para liquidação de suas obrigações, a Administração entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017, foram elaboradas levando em consideração o pressuposto da continuidade das operações da Cia., não existindo eventos ou condições que possam gerar incertezas quanto a continuidade. A Administração da Cia. entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para a publicação pelo Conselho de Administração em 5/03/2018. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Cia., que possui sua sede no Brasil, onde negocia suas ações na BM&F Bovespa, e de suas controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços está apresentada a seguir:

Controladas	Denominação	% de participação 31/12/2017 Direta	31/12/2017 Indireta	31/12/2016 Direta	31/12/2016 Indireta
1. Trust Administração e Participações Ltda.	Trust	(*)	-	(*)	-
2. Valid Participações Ltda.	Valid Par	100	-	100	-
3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Argentina	97,4	2,6	97,4	2,6
4. Interprint Ltda.	Interprint	100	-	100	-
4.1. Valid Certificadora Digital Ltda.	Valid Certificadora	-	100	-	100
4.2. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.	Valid Uruguai	-	100	-	100
4.3. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.de C.V.	Valid México	-	100	-	100
4.4. Grupo Uram S.R.L.	Uram	-	51	-	51
4.5. Inemator S.A.	Inemator	-	51	-	51
5. Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação	Valid Sucursal	100	-	100	-
6. Valid Soluciones Tecnológicas	Valid Espanha	100	-	100	-
6.1. Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.S.	Valid Colômbia	-	100	-	100
6.2. Valid USA, Inc.	Valid USA	-	100	-	100
6.2.1. Valid Identity Solutions, LLC	Screencheck	-	100	-	100
6.2.2. Valid Secure Packaging, Inc	VSP	-	100	-	100
6.2.3. Marketing Software Company, LLC	MSC	-	100	-	100
6.3. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S")	Valid A/S	-	100	-	100
6.3.1. Valid Logistics Limited Mauritius.	Valid Logistics	-	100	-	100
6.3.2. Logos Solvo Limited Mauritius	Logos Solvo	-	100	-	100
6.3.3. Valid Holding Denmark Aps	Valid Holding	-	100	-	100
6.3.3.1. Logos Smart Card Denmark A/S	Logos Denmark	-	100	-	100
6.3.3.2. Valid Panamá Inc.	Valid Panamá	-	100	-	100
6.3.3.3. Valid Europe AS Denmark	Valid Europe	-	100	-	100
6.3.3.4. Valid Technologies Solutions Aps	Valid Technologies Solutions	-	100	-	100
6.3.3.5. Valid South Africa (Pty)Ltd	Valid South Africa	-	70	-	70
6.3.3.6. Valid Africa Ltd	Valid Africa	-	100	-	100
6.3.3.7. Valid Middle East FZE U.A.E.	Valid Middle East	-	100	-	100
6.3.3.8. Valid Technologies India Pvt. Ltd.	Valid Technologies India	-	99,9	-	99,9
6.3.3.9. Valid Asia Pte Ltd Singapore	Valid Singapore	-	100	-	100
6.3.3.10. PT Valid Technologies Indonesia	Valid Indonésia	-	99	-	99
6.3.3.11. Valid Investment Pte Singapore	Valid Investment	-	100	-	100
6.3.3.12. Valid Card Manufacturing Taiwan Ltd	Valid Taiwan	-	51	-	51
6.3.4. Logos Smart Card (Asia) Pte. Ltd Singapore	Logos Singapore	-	100	-	100
6.3.5. Logos Smart Card (Mauritius) Ltd Mauritius	Logos Mauritius	-	100	-	100

(*) Em 9/12/2016, foi aprovada em AGE, a incorporação da controlada Trust pela Controladora. 1. Trust: empresa adquirida em setembro de 2006, com sede no estado do Paraná, Brasil, que tem como principal operação, a produção de bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. 2. Valid Par: empresa constituída em agosto de 2007, com sede no estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. 3. Valid Argentina: empresa adquirida em agosto de 2007, com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, líder na comercialização de cartões bancários e de cartões inteligentes (Simcards) no mercado argentino, e exportadora de seus produtos para outros países da América Latina, como Nicarágua, Bolívia, Paraguai e Uruguai. 4. Interprint: empresa adquirida em maio de 2008, com sede no estado de São Paulo, Brasil, atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiro, de identidade, e de governo. Seu portfólio de produtos inclui carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros. Possui como controladas diretas as empresas Valid Certificadora, Valid México, Uram e Inemator e Valid Uruguai, localizadas no Brasil, México, Argentina e Uruguai, respectivamente. 4.1. Valid Certificadora: empresa constituída em junho de 2011, com sede no estado de São Paulo, Brasil, que tem como objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. 4.2. Valid Uruguai: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com *chip* e cartões inteligentes em geral. 4.3. Valid México: empresa constituída em setembro de 2014, com sede na Cidade do México (Distrito Federal), México, atua na área de serviços de cartões inteligentes em geral. 4.4. Uram: adquirida influência significativa em 2/10/2015 e controle em 25/01/2016, tem sede na cidade de Buenos Aires, Argentina, atua no ramo de serviços de soluções em *software* para o mercado de telecomunicações e bancário. 4.5. Inemator: adquirida influência significativa em 2/10/2015 e controle em 25/01/2016, tem sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. 5. Valid Sucursal: empresa constituída em dezembro de 2015, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, que tem como objeto atuar como um *bureau* comercial. 6. Valid Espanha: empresa adquirida em fevereiro de 2010, com sede em Madrid, Espanha, atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (*SIM cards*) para operadoras de telefonia celular. Tem como controladas diretas as empresas Valid Colômbia, Valid USA e Valid A/S e uma empresa coligada chamada CUBIC. 6.1. Valid Colômbia: empresa constituída em abril de 2014, através da subsidiária Valid Espanha, com sede na Cidade de Bogotá, Colômbia, atua como um bureau comercial. 6.2. Valid USA: empresa adquirida em abril de 2012, com sede na Pennsylvania, Estados Unidos da América, atua nas áreas de meios de pagamento, telecomunicações móveis e identificação. Tem como controladas diretas as empresas ScreenCheck, VSP e MSC.

Controladas	Localidade	Atividade principal
Screencheck	Indiana, USA	Oferece soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o *workflow* de acordo com as regras do AAMV, adaptável a diferentes projetos na área de identificação.
VSP	Saint Paul, Minnesota, USA	Atua no ramo de serviços de *secure fulfilment* (controle de gestão dos estoques) aos mercados de pré-pago de segurança, *gift cards* e cartões recarregáveis em geral.
MSC	Los Angeles, Califórnia, USA	Atua no ramo de serviços de soluções de *marketing* de bancos de dados altamente efetivos.

6.3. Valid A/S (antiga "Fundamenture A/S"): empresa adquirida em outubro de 2015, localizada na Dinamarca que atua, globalmente, com foco na produção e comercialização de *smart cards*, desenvolvimento e implementação de sistemas operacionais para *SIM cards* e gerenciamento de *software* e soluções para operadoras de telefonia móvel. A Valid A/S possui 5 controladas diretas e 12 controladas indiretas (em conjunto com a Valid A/S, "Grupo Fundamenture"), conforme apresentado a seguir :

Controlada	Direta/ indireta	Localidade	Atividade principal
Valid Logistics	Direta	Dinamarca	Matriz de compras (*Suply Chain*).
Logos Solvo	Direta	Mauritius	Serviço de desenvolvimento de aplicações para empresas do Grupo.
Valid Holding Denmark	Direta	Dinamarca	Holding.
Logos Denmark	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em *software*.
Valid Panamá	Indireta	Panamá	Venda de *SIM cards* e soluções em *software*.
Valid Europe	Indireta	Dinamarca	Holding.
Valid Technologies Solutions	Indireta	Dinamarca	Venda e desenvolvimento de soluções em *software*.
Valid South Africa	Indireta	África do Sul	Venda de *SIM cards* e soluções em *software*. Prestar serviços de gestão para Bluefish Africa.
Valid Africa	Indireta	Mauritius	Venda de *SIM cards* e soluções em *software*.
Valid Middle East	Indireta	Emirados Árabes Unidos (Dubai)	Venda de *SIM cards* e soluções em *software*.
Valid Technologies India	Indireta	Índia	Venda de SIM cards e soluções em *software*.
Valid Technologies Asia	Indireta	Singapura	Venda de SIM cards e soluções em *software*.
Valid Technologies Indonesia	Indireta	Indonésia	Venda de SIM cards.
Valid Investment Private Limited	Indireta	Singapura	Empresa para investimento.
Valid Card Manufacturing Taiwan	Indireta	Taiwan	Central produtiva de SIM cards.
Logos Singapore	Direta	Singapura	Venda de SIM cards e soluções em *software*. Prestar serviços de gestão de logística para Valid A/S Logistics.
Logos Mauritius	Direta	Mauritius	Venda de soluções em *software* para operadores de redes móveis.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Cia. obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Cia. e às participações não controladoras, quando aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Cia. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Cia. exerça influência significativa sem a controlar. O investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Cia. e suas controladas no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, na proporção da participação adquirida, é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. A demonstração do resultado, individual e consolidada, reflete a parcela detida pela Cia. nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Cia. reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Cia. e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada. **2.4. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação não controladora na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Cia. avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confiram aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderá ser inicialmente mensurado pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Quando a contrapartida transferida pela Cia. e suas controladas em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado. **2.5. Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide Nota Explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa ("UGC's") que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As UGC's às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.6. Moedas funcionais e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Cia. e suas controladas determinam sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, os ativos e passivos pela taxa cambial da data do balanço de fim de período e o resultado pela taxa média do período, em conformidade com o que dispõe o pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 21. a) Transações e saldos: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações e atualizadas pelas taxas de câmbio da data da divulgação das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos períodos e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) Empresas da Cia. e suas controladas: Moedas funcionais da Cia. e suas principais controladas:

Controladas	Moeda funcional
Valid	Real
Valid Participações	Real
Valid Argentina	Peso Argentino
Interprint	Real
Valid Certificadora	Real
Valid Uruguai	Peso Uruguaio
Valid México	Peso Mexicano
Uram	Peso Argentino
Inemator	Peso Uruguaio
Valid Sucursal	Peso Colombiano
Valid Espanha	Euro
Valid Colômbia	Peso Colombiano
Valid USA	Dólar Americano
Screencheck	Dólar Americano
VSP	Dólar Americano
MSC	Dólar Americano
Valid A/S (antigo "Grupo Fundamenture A/S") (*)	Dólar Americano

(*) Cada uma das empresas controladas pela Valid A/S possui sua moeda funcional determinada com base nas suas operações individuais. No entanto, a moeda funcional dólar americano é a mais representativa para a Valid A/S e suas controladas. Os ativos e passivos das controladas com moeda funcional diferente do "Real" são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma dessas controladas, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado. O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos através de aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes como ajustes de conversão. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Cia. e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de venda de mercadorias é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume. Venda de serviços: A receita de venda de serviços é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços. Receita de juros: As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras. **2.8. Impostos:** IR e contribuição social - correntes: A provisão para IR e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Cia. e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. IR e contribuição social - diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor dos impostos diferidos ativos é revisado na data de cada período de relatório e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros não derivativos - A Cia. e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cia. e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. A Cia. e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Cias. e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Cia. e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda. A Cia. e suas controladas possuem ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) Valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Cia. e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Cia. e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. (ii) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. b) Passivos financeiros não derivativos - A Cia. e suas controladas reconhecem títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cia. e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. São classificados nas categorias de outros passivos ao custo amortizado ou passivos ao valor justo por meio do resultado. A Cia. e suas controladas possuem passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Cia. e suas controladas baixam seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Cia. não possui instrumentos derivativos nos exercícios reportados. **2.10. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Cia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida ou a receber é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido. **2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Cia. e suas controladas consideram como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.12. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.13. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado da Cia. e suas controladas são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Cia. e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e a taxas médias ponderadas dos exercícios reportados, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 11. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado. **2.14. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são inicialmente registrados ao custo, e são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as condições estabelecidas no CPC 04 (R1), equivalente à IAS 38, com base nos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados pelo valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Cia. e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, é calculado o montante recuperável da UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGC's individuais ou ao menor grupo de UGC's para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo ou da UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram identificadas perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados. **2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.17. Arrendamento:** A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Cia. basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Cia. obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.18. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Cia. e suas controlads têm uma obrigação presente (legal ou presumida) que possa ser estimada de maneira confiável como consequência de um evento passado, e seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas constantemente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.19. Sazonalidade:** A Cia. e suas controladas não possuem efeitos significativos relativos à sazonalidade em suas operações. **2.20. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: · No mercado principal para o ativo ou passivo; ou · Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Cia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Cia. utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras o valor justo de forma recorrente, a Cia. determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Cia. determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas na nota 20. **2.21. Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Cia. classifica um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. **2.22. Transações envolvendo pagamento em ações:** A Cia. possui para um determinado grupo de funcionários (executivos *seniores*), um plano de remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que estes funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais. Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Cia. como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação. O custo de transações com esses funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Cia. utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado. O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio. A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Cia. sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Cia. do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes ao prêmio, mas sem uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição. Condições de não aquisição estão refletidas no valor justo do prêmio e levam ao lançamento imediato do prêmio como despesa a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis. Onde prêmios incluem um mercado ou condição de não aquisição, as operações são tratadas como investido independentemente de o mercado ou condição de não aquisição é satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços são satisfeitos. Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de concessão do prêmio sem modificações, desde que estejam as condições iniciais do prêmio. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que aumente o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais. Se uma condição é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento restante do valor justo do prêmio é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. **2.23. Segregação entre circulante e não circulante:** A Cia. e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando: · Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional. · For mantido principalmente para negociação. · Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. · Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. · Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Cia. e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.24. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação da Cia., as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Cia. não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 5). **2.25. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.26. Distribuição de dividendos e Juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Cia., que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos são divulgados nas atividades de financiamentos. **2.27. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias. **2.28. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Surge quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de vendas e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia. e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. b) Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de Longo Prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Cia. e suas controladas atuam. c) IR e contribuição social diferidos: São registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior e os saldos ativos reconhecidos na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Cia. e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual no Brasil. d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Cia. e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável e estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com risco de realização. f) Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível: A Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. g) Provisão para participação nos lucros: Mensurada mensalmente com base na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente e recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual. h) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, o que requer um determinado nível de julgamento da Administração. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. i) Provisão para reestruturação: Constituída através de um plano formal detalhado para a reestruturação e quando houver uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa. **3. Novos pronunciamentos contábeis: 3.1. Normas emitidas ainda não vigentes – com adoção inicial a partir de janeiro 2017.** Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 01/01/2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores: Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento. As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa. · Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas. As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. · Modificações à IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12. As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda. **3.2. Normas emitidas ainda não vigentes– com adoção inicial a partir janeiro de 2018.** As normas e interpretações que são emitidas, mas ainda não vigentes, que impacta a Cia., até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. são divulgadas abaixo. A Cia. pretende adotar essas normas quando elas entrarem em vigor. IFRS 9 Instrumentos Financeiros Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 01/01/2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções Ltda.s. A Cia. planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas. Em 31/12/2017, a Cia. realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estejam sendo disponibilizadas para a Cia. em 2018, quando a empresa passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Cia. não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. a) *Classificação e mensuração* A Cia. não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Cia. analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos. b) *Redução ao valor recuperável:* A IFRS 9 exige que a Cia. registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados a custo amortizado e a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses ou por toda a vida da operação. A Cia. realizou análises preliminares sobre a adoção da IFRS 9, com base nas melhores estimativas e espera uma redução no patrimônio líquido em torno de 0,5%, já líquido de efeitos fiscais. Os impactos da transição são baseados em melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição no patrimônio líquido. c) *Contabilização de hedge:* A Cia. não possui nenhuma operação de hedge, portanto, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Cia. Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras primárias serão ajustados conforme necessário, tais como impostos diferidos. IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: A Cia. realizou um levantamento interno, avaliando os seus fluxos de receita e contratos mais representativos em todos seus segmentos e regiões na qual possui maior presença de mercado para adoção da nova norma a partir de 01/01/2018. O impacto mais significativo para o novo padrão está no segmento de Certificação Digital. Este segmento, possui um reconhecimento de receita de serviço sob preparação de ambiente para autoridades certificadoras e serviços de manutenção destes ambientes. O quadro a seguir sumariza os possíveis impactosna adoção do IFRS15 (CPC 47):

Em 31/12/2017	Conforme divulgado	Adoção IFRS 15	Após adoção IFRS 9 e 15
Balanço patrimonial			
Ativo circulante	859.931	-	859.931
Ativo não circulante	1.200.247	-	1.200.247
Total do ativo	2.060.178	-	2.060.178
Passivo circulante	429.731	3.762	433.493
Passivo não circulante	639.339	1.698	641.037
Patrimônio líquido	991.108	(5.460)	985.648
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.060.178	-	2.060.178
Demonstração do resultado			
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.574.885	-	1.574.885
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.220.947)	-	(1.220.947)
Despesas de vendas	(115.121)	-	(115.121)
Despesas gerais e administrativas	(88.114)	-	(88.114)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(56.557)	-	(56.557)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(29.323)	-	(29.323)
IR/CS sobre o lucro	(36.654)	-	(36.654)
Lucro líquido do período	28.169	-	28.169

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2: O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 01/01/2018, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas. *IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil*: A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo de arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 01/01/2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Em 2018, a Cia. planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas. **4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:**

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Caixa e bancos	3.217	21.522	88.343	128.237
Equivalentes de caixa	162.588	230.969	208.514	266.540
Caixa e equivalentes de caixa	165.805	252.491	296.857	394.777
Títulos e valores mobiliários	739	323	17.454	6.165
Total circulante	166.544	252.814	314.311	400.942
Caixa e equivalentes de caixa	165.805	252.491	296.857	394.777
Títulos e valores mobiliários	-	-	16.715	5.842
Total não circulante				
Títulos e valores mobiliários	739	323	739	323

Os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, exceto para os títulos e valores mobiliários no montante de R$17.454 (R$6.165 em 31/12/2016) que somente podem ser resgatados conforme o prazo de vencimento. Os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Cia. e de suas controladas compreendem, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração média dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de 97,8% a.a. do CDI no exercício findo em 31/12/2017 (100,3% a.a. do CDI no exercício findo em 31/12/2016).

5. Contas a receber de clientes	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Contas a receber de clientes	137.239	119.683	376.519	337.099
Provisão para perdas sobre créditos	(2.879)	(4.106)	(23.253)	(25.844)
Total	134.360	115.577	353.266	311.255
Total circulante	121.325	111.272	335.165	298.500
Total não circulante	13.035	4.305	18.101	12.755

Em 31/12/2017, a Cia. possuía saldos de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, controladora e consolidado, que compreendem um valor a receber de um cliente específico da Cia., no montante de R$5.930 (R$4.305 em 31/12/2016) oriundos de renegociações feitas e o montante de R$7.105 referente a um cliente em fase de recuperação judicial, sendo contabilizado uma provisão parcial para perda no montante de (R$696) e saldo remanescente, a administração conclui como sendo provável o recebimento desses valores após a aprovação do plano de recuperação judicial do cliente. Além desses valores, possuía, no consolidado, R$5.066 referente a saldos a receber da controlada indireta (Valid Certificadora), de contratos de credenciamento de autoridade de registros, com vencimento superior a um ano, trazidos a valor presente com base no IGP-M (R$8.450 em 31/12/2016). Em 31/12/2017 e 2016, a composição do saldo de contas a receber, por prazo de vencimento, está demonstrada a seguir:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
A vencer	80.471	70.310	201.012	194.152
Vencidos				
Até 30 dias	31.314	27.294	79.990	71.324
De 31 a 90 dias	8.946	5.171	32.440	21.266
De 91 a 120 dias	535	1.335	5.260	4.155
De 121 a 180 dias	361	3.445	4.196	11.686
De 181 a 365 dias	789	3.741	9.744	11.686
Há mais de 365 dias	14.823	8.387	43.877	22.830
Total vencidos	56.768	49.373	175.507	142.947
Total	137.239	119.683	376.519	337.099

Em 31/12/2017, parte do saldo consolidado vencido, no montante de R$81.392, é proveniente das controladas estrangeiras situadas na Espanha, EUA, Argentina, Dinamarca, México, Colômbia e Uruguai (R$75.513 em 31/12/2016) e, portanto, sujeitas à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas funcionais dessas controladas. A Cia. analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e utiliza como premissa o histórico de recebimentos destes e negociações desses clientes a fim de cobrir possíveis riscos. A provisão para perdas sobre créditos é calculada com base nos históricos de perdas. A Administração da Cia. e de suas controladas entende que os montantes provisionados em 31/12/2017 e 2016, são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Em 31/12/2017, a controlada Interprint apresentava saldo de R$12.675 em aberto há mais de 90 dias, sobre o qual foi constituída provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$4.345. Em 31/12/2017, a controlada Valid Espanha apresentava saldo de R$23.796 em aberto há mais de 90 dias, sobre o qual constituiu provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa no montante de R$12.462. Em 31/12/2017, a Cia. possuía saldos vencidos há mais de 90 dias no montante de R$16.508 na controladora e R$63.077 no consolidado (R$16.908 e R$50.357 em 31/12/2016, respectivamente), sendo que deste montante, os saldos sem provisão para perda sobre créditos constituída eram de R$13.629 na controladora e R$39.824 no consolidado (R$12.802 e R$24.513 em 31/12/2016, respectivamente). A seguir, estão apresentados, por localidade, os principais saldos e o correspondente embasamento da Administração da Cia. para a não constituição de referida provisão: Brasil: • Em 31/12/2017, a Cia. possuía saldo de contas a receber, em aberto a mais de 365 dias, classificados no ativo não circulante, na controladora e no consolidado, de R$5.930 (R$4.305 em 31/12/2016) referentes a serviços prestados e não recebidos até esta data, devido a retenções promovidas, unilateralmente, por um cliente da Cia. no âmbito dos contratos firmados entre as partes. A fim de reaver os valores bloqueados, a Cia. ingressou com duas ações e, em outubro de 2016, foi proferida decisão judicial de primeira instância favorável em um dos processos movidos contra o cliente. Diante desse cenário e com base no suporte dos assessores legais externos que atuam no referido processo judicial, o entendimento é de que tais retenções são, de fato, ilegais e que a Cia. receberá os valores retidos em data futura, não havendo, nessa data, necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa. • Em 31/12/2017, a Cia. apresentava um saldo a receber no montante de R$16.850, sendo deste montante R$7.105 em aberto há mais de 90 dias, classificado no ativo não circulante, tendo constituído uma provisão para perda sobre crédito de R$696 (R$9.349, sendo que deste montante R$7.057 em aberto há mais de 90 dias em 31/12/2016), referente a um cliente que se encontra em fase de recuperação judicial. A Administração entende que os saldos em aberto são realizáveis, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o plano de recuperação judicial apresentado aos credores contempla os valores que a Cia. possui registrado em seu contas a receber. A Cia. aguarda o recebimento dos valores incluídos na lista de credores do cliente. Interprint: • Em 31/12/2017, um cliente da controlada Interprint possui um saldo a receber em aberto há mais de 90 dias no montante de R$6.596 (R$3.611 e 31/12/2016) que refere-se a um cliente que atravessou modificações em seu processo de gestão, porém, reconhece a obrigação no montante informado anteriormente junto a Cia. A administração entende que os saldos em aberto são realizáveis ao longo de 2018, não configurando necessidade de constituição de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa. Espanha:· Em 31/12/ 2017, um cliente da controlada Valid Espanha, apresentava saldo em aberto há mais de 90 dias de R$6.475 (R$7.375 em 31/12/2016). O atraso é oriundo de dificuldades enfrentadas na saída do câmbio do país sede deste cliente. No entanto, o histórico de pagamentos das faturas vencidas suporta o entendimento da Administração da Cia. de que não há necessidade de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa para estes saldos em aberto. Os valores recebidos deste cliente no exercício findo em 31/12/2017 somam R$1.548.

6. Tributos: a) Impostos a recuperar:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
IR e CSLL a recuperar	**8.981**	7.071	**16.632**	9.895
ICMS a recuperar	**619**	724	**32.204**	10.732
IPI a recuperar	**21.835**	20.996	**22.433**	21.509
Impostos federais retidos por clientes	**1.965**	2.890	**2.358**	3.501
Outros	**280**	718	**377**	815
Total	**33.680**	32.399	**74.004**	46.452
Total circulante	**11.845**	11.722	**51.491**	25.173
Total não circulante	**21.835**	20.677	**22.513**	21.279

O saldo de IPI a recuperar, classificado no ativo não circulante, se refere a créditos que a Cia. tem expectativa de realizar através de compensação com outros tributos federais ou pedido de restituição junto às autoridades fiscais. Até 31/12/2017, a Cia. concluiu o processo de pedido de restituição dos créditos de IPI no valor total de R$20.016 e aguarda posição do órgão federal. Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se, principalmente, ao IR sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas. b) IR e contribuição social diferidos: Os principais componentes do IR e da contribuição social diferidos (ativo e passivo) e suas movimentações estão apresentados a seguir:

Controladora	2016	Resultado IR/ CSLL diferidos	2017
Impostos diferidos ativos com relação a			
Provisões com contingências	5.053	**(551)**	**4.502**
Provisão para obsolescência do imobilizado	2.745	**(1.836)**	**909**
Provisão para devedores duvidosos	1.149	**(417)**	**732**
Provisão para *royalties*	208	**53**	**261**
Provisão para honorários advocatícios	614	**3**	**617**
Provisão para PLR	2.359	**1.290**	**3.649**
Provisão para despesas com reestruturação (1)	528	**(528)**	**-**
Prejuízo fiscal e base negativa	22.790	**(1.709)**	**21.081**
Outras adições temporárias	1.791	**1.152**	**2.943**
Total impostos diferidos	37.237	**(2.543)**	**34.694**

(1) Refere-se à constituição dos impostos diferidos ativo relacionado à reestruturação de plantas fabris no Brasil, conforme comentado na Nota Explicativa nº 25.

Consolidado	2016	Resultado IR/CSLL diferidos	Variação cambial	2017
Impostos diferidos ativos com relação a				
Provisões com contingências	7.147	**(1.216)**	**(28)**	**5.903**
Prejuízo fiscal e base negativa	42.765	**3.918**	**541**	**47.224**
Provisão para devedores duvidosos	5.738	**(3.162)**	**94**	**2.670**
Provisão para obsolescência do imobilizado	6.262	**(3.507)**	**(33)**	**2.722**
Provisão para *royalties*	208	**53**	**-**	**261**
Provisão para honorários advocatícios	614	**3**	**-**	**617**
Provisão para despesas com reestruturação (2)	1.894	**(1.631)**	**(55)**	**208**
Aluguéis diferidos	1.046	**(204)**	**8**	**850**
Provisão para PLR	3.722	**442**	**(20)**	**4.144**
Custo de transação na aquisição de empresa	4.061	**(2.353)**	**(24)**	**1.684**
Despesas financeiras com empréstimos (1)	443	**(80)**	**4**	**367**
Comissões a pagar	1.231	**469**	**-**	**1.700**
Outras adições temporárias	4.661	**1.775**	**16**	**6.452**
Total impostos diferidos ativos	79.792	**(5.493)**	**503**	**74.802**
Impostos diferidos passivos com relação a				
Amortização fiscal do ágio dedutível	(40.841)	**(3.741)**	**(169)**	**(44.751)**
Diferença depreciação - CPC 27 (IAS 16) (3)	(5.350)	**(126)**	**(105)**	**(5.581)**
Total impostos diferidos passivos	(46.191)	**(3.867)**	**(274)**	**(50.332)**
Total impostos diferidos	33.601	**(9.360)**	**229**	**24.470**

(1) Refere-se à constituição de IR diferidos ativo na controlada Valid USA sobre as despesas com juros da dívida devido à indedutibilidade temporal por conta da regra de "*thin capitalization*" determinada pela legislação americana. Tais despesas de juros podem ser utilizadas no futuro. (2) Refere-se à constituição do imposto diferido ativo na reestruturação de plantas fabris no Brasil e Estados Unidos, conforme comentado na Nota Explicativa nº 25. (3) Refere-se à diferença do reconhecimento da despesa com depreciação pela capacidade de uso contra a vida útil fiscal. As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros. O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 01/01/09. A Cia. constituiu IR e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável, considerando a expectativa de realização do investimento. Em 31/12/2017 e 2016, a Cia. efetuou, para fins de apresentação em suas demonstrações financeiras, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos quando referentes à mesma entidade jurídica da seguinte forma:

2017 Consolidado	Valid	Interprint	Valid USA	Valid Espanha	Valid Argentina	Valid Certificadora	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	**34.694**	**3.175**	**33.098**	**573**	**845**	**2.198**	**219**	**74.802**
Impostos diferidos passivos	**-**	**(38.269)**	**(9.560)**	**(835)**	**-**	**-**	**(1.668)**	**(50.332)**
Total, líquidos	**34.694**	**(35.094)**	**23.538**	**(262)**	**845**	**2.198**	**(1.449)**	**24.470**
Total ativos fiscais	**34.694**	**-**	**23.538**	**-**	**845**	**2.198**	**-**	**61.275**
Total passivos fiscais	**-**	**(35.094)**	**-**	**(262)**	**-**	**-**	**(1.449)**	**(36.805)**

2016 Consolidado	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	37.237	2.797	34.535	5.223	79.792
Impostos diferidos passivos	-	(35.777)	(9.250)	(1.164)	(46.191)
Total, líquidos	37.237	(32.980)	25.285	4.059	33.601
Total ativos fiscais	37.237	-	25.285	4.059	66.581
Total passivos fiscais	-	(32.980)	-	-	(32.980)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, suportados por orçamentos aprovados pela Administração da Cia.:

	Controladora	Consolidado
2018	**18.199**	**31.080**
2019	**4.739**	**7.312**
2020	**5.154**	**11.444**
2021	**5.361**	**10.058**
2022	**1.241**	**9.047**
A partir de 2022	**-**	**5.861**
Total	**34.694**	**74.802**

c) Impostos, taxas e contribuições a recolher	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
IR e CSLL a recolher	**59**	-	**311**	1.785
ICMS a recolher	**351**	119	**1.363**	639
ISS a recolher	**1.924**	2.101	**4.181**	4.472
COFINS a recolher	**2.816**	2.003	**3.449**	2.829
PIS a recolher	**587**	438	**724**	615
INSS retido de clientes	**603**	-	**603**	-
Outros	**232**	1.166	**621**	1.354
Total	**6.572**	5.827	**11.252**	11.694

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**35.338**	43.177	**64.412**	67.446
Resultado antes dos tributos sobre o lucro de operações descontinuadas	**-**	21.766	**-**	42.020
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	**12.015**	22.081	**21.900**	37.218
Adições				
Lucro no exterior	**913**	2.909	**913**	2.909
Provisão para perdas sobre crédito	**-**	-	**-**	74
Não dedutibilidade das despesas com depreciação	**-**	972		973
Outras despesas	**156**	64	**247**	-
Opções de outorgas reconhecidas	**461**	-	**461**	-
Exclusões				
Incentivos fiscais	**(70)**	-	**(630)**	(943)
Equivalência patrimonial	**(3.632)**	(12.063)	**564**	1.280
Equivalência patrimonial operações descontinuadas	**-**	(21.766)	**-**	(1.939)
Juros sobre capital próprio	**-**	(15.523)	**-**	(15.523)
Parcela isenta do adicional	**(24)**	-	**(72)**	(72)
Reversão da não dedutibilidade das despesas com juros sobre *leasing*	**(3.412)**		**(3.412)**	-
Diferença de alíquota - lucro presumido	**-**	-		456
Diferença de alíquota de empresas no exterior	**-**	-	**14.693**	(3.891)
Outras adições (exclusões), líquidas	**1.244**	-	**1.990**	529
IR e CSLL debitados ao resultado do exercício	**7.651**	(23.326)	**36.654**	21.071
Alíquota efetiva	**21,65%**	(35,92%)	**56,91%**	19,25%
IR e CSLL correntes de operações continuadas	**5.108**	-	**27.294**	36.425
IR e CSLL diferidos de operações continuadas	**2.543**	(23.326)	**9.360**	(35.608)
IR e CSLL correntes sobre operações descontinuadas	**-**	-	**-**	13.628
IR e CSLL diferidos sobre operações descontinuadas	**-**	-	**-**	6.626
	7.651	(23.326)	**36.654**	21.071

7. Estoques	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Matéria-prima	**24.934**	26.599	**62.835**	70.191
Produtos em processo	**16.733**	23.937	**28.524**	40.598
Peças e materiais de reposição	**3.273**	4.772	**4.404**	5.925
Produtos para revenda	**-**	-	**21.237**	7.285
Provisão para perdas de estoques	**-**	-	**(3.607)**	(3.445)
	44.940	55.308	**113.393**	120.554
Adiantamentos a fornecedores	**2.659**	6.610	**4.869**	8.445
Total	**47.599**	61.918	**118.262**	128.999

8. Depósitos judiciais	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Trabalhistas	**5.719**	7.055	**7.527**	8.524
Tributários	**14.541**	13.788	**19.426**	18.115
Cíveis, comerciais e outros	**11.224**	10.515	**11.329**	10.615
Total	**31.484**	31.358	**38.282**	37.254

Os valores individualmente mais representativos, depositados judicialmente pela Cia., estão detalhados a seguir: • Em 29/05/2012, a Cia. efetuou depósito judicial referente a um auto de infração de natureza tributária, no valor de R$7.009, referente a divergências identificadas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, que possui probabilidade de perda classificada como possível (Nota Explicativa nº 14, item b). Em 31/12/2017, o depósito judicial possui o montante atualizado de R$10.296. • Em 8/02/2013, a Cia. efetuou depósito judicial no valor de R$6.646 referente a processo de natureza cível que possui expectativa de perda possível, e que tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e como objeto a obtenção da suspensão de exigibilidade de multa imposta por esta à Cia. em processo administrativo por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido (Nota Explicativa nº 14, item b). Em 31/12/2017, o depósito judicial possui o montante atualizado de R$10.165. **9. Investimentos:** Informações contábeis: Em 31/12/2017, as principais informações contábeis das empresas controladas diretamente e indiretamente estão demonstradas a seguir:

Controladas (1)	Total dos ativos	Total dos passivos	Resultado do período (2)	Patrimônio líquido
Valid Par	**1.197**	**1.197**	**(129)**	**979**
Valid Argentina (3)	**36.492**	**36.492**	**1.714**	**24.653**
Interprint	**258.335**	**258.335**	**36.744**	**196.732**
Valid Certificadora	**51.508**	**51.508**	**2.730**	**33.008**
Valid Uruguai	**1.176**	**1.176**	**281**	**1.164**
Valid México	**14.736**	**14.736**	**640**	**5.009**
Uram	**1.074**	**1.074**	**17**	**1.003**
Inemator	**252**	**252**	**(45)**	**217**
Valid Espanha	**797.321**	**797.321**	**(27.521)**	**452.216**
Valid A/S	**222.073**	**222.073**	**6.929**	**161.568**
Valid USA (4)	**445.168**	**445.168**	**(28.896)**	**264.567**
Valid Sucursal	**2.755**	**2.755**	**(83)**	**1.972**

(1) Considera 100% dos saldos das controladas, independentemente do percentual de participação detido pela Valid nessas empresas. (2) Estão apresentados os resultados auferidos pelas controladas e coligadas no exercício findo em 31/12/2017. (3) A controlada Interprint detém 2,4% de participação da Valid Argentina. (4) Considera os ativos, passivos e resultados das controladas Screencheck, VSP e MSC. Movimentação dos investimentos: A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31/12/2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Controladora Investimentos	Saldos em 2016	Adições (aumento de capital)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos deliberados	Saldos em 2017
Controladas						
Valid Par	1.108	-	-	**(129)**	-	**979**
Interprint	179.988	-	-	**36.744**	**(20.000)**	**196.732**
Valid Espanha	475.985	-	**3.752**	**(27.521)**	-	**452.216**
Valid Argentina	26.317	-	**(3.981)**	**1.669**	-	**24.005**
Valid Sucursal	601	**1.399**	**54**	**(82)**	-	**1.972**
	683.999	**1.399**	**(175)**	**10.681**	**(20.000)**	**675.904**
Ágio						
Valid Espanha	42.303	-	**6.532**	-	-	**48.835**
Valid Argentina	3.055	-	**(447)**	-	-	**2.608**
	45.358	-	**6.085**	-	-	**51.443**
Total	729.357	**1.399**	**5.910**	**10.681**	**(20.000)**	**727.347**

Investimentos	Saldos em 2015	Adições (aumento de capital)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Baixas por incorporação	Dividendos deliberados	Saldos em 2016
Controladas							
Valid Par	1.012	-	-	96	-	-	1.108
Interprint [1]	222.307	-	(4.601)	84.282	-	(122.000)	179.988
Valid Espanha	485.366	73.076	(84.475)	2.018	-	-	475.985
Valid Argentina	29.498	478	(11.629)	14.953	-	(6.983)	26.317
Valid Sucursal	18	2.082	(55)	(1.444)	-	-	601
Trust [2]	9.903	-	-	(407)	(9.496)	-	-
	748.104	75.636	(100.760)	99.498	(9.496)	(128.983)	683.999
Ágio							
Valid Espanha	52.293	-	(9.990)	-	-	-	42.303
Valid Argentina	4.481	-	(1.426)	-	-	-	3.055
Trust (*)	3.649	-	-	-	(3.649)	-	-
	60.423	-	(11.416)	-	(3.649)	-	45.358
Total	808.527	75.636	(112.176)	99.498	(13.145)	(128.983)	729.357

Consolidado Investimentos	Saldos em 2016	Adições (aumento de capital)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Saldos em 2017
Investidas					
Cubic	-	**6.169**	**358**	**(1.659)**	4.868
Ágio Cubic	-	**30.978**	**3.160**	**-**	**34.138**
Total	-	**37.147**	**3.518**	**(1.659)**	39.006

Consolidado Investimentos	Saldos em 2015	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Baixas	Saldos em 2016
Multidisplay - investimento (2)	11.013	-	1.939	(12.952)	-
Multidisplay - ágio (2)	13.955	-	-	(13.955)	-
Uram (1)	105	20	-	(125)	-
Uram ágio (1)	952	92	-	(1.044)	-
Inemator (1)	52	(3)	-	(49)	-
Inemator - ágio (1)	207	22	-	(229)	-
Total investimento	26.284	131	1.939	(28.354)	-

Os eventos societários relacionados aos investimentos da Cia. e suas controladas, ocorridos no exercício findo em 31/12/2017 estão detalhados a seguir:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R$ mil
Valid Sucursal Colômbia a)	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US$450 mil	**1.399**
Valid USA b)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US$50 mil	**169.035**
Valid USA b)	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US$20 mil	**65.676**
Valid Espanha c)	Aquisição da CUBIC	Reunião do Conselho de Administração	EUR10 mil	**37.147**
Interprint d)	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R$20 mil	**20.000**

(a) Aumento de capital na Valid Sucursal Colômbia: Em 01/02/2017, a Controladora realizou o aumento de capital na Valid Colômbia Sucursal no valor de US$450 mil (equivalentes a R$1.399 na data da capitalização). (b) Aumento de capital na Valid USA: Em 18/05/2017, a Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no valor de U$$50.000 mil (equivalentes a R$169.035 na data da capitalização). Em 8/06/2017, a Valid Espanha realizou o aumento de capital na Valid USA no valor de U$$20.000 mil (equivalentes a R$65.676 na data da capitalização). (c) Aquisição da Cubic: Em reunião realizada em 16/08/2017, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 6,13% do capital social da empresa Cubic Telecom Limited ("Cubic") através da subsidiária Valid Espanha pelo valor de EUR10.000 (equivalentes a R$37.147 na data de aquisição). A Cubic é uma empresa irlandesa com foco no desenvolvimento de plataformas de gestão de conectividade M2M, o qual utiliza como principal componente a tecnologia eUICC - ou embedded SIM ou eSIM - considerada a evolução do cartão SIM. Seus principais clientes atuam nos setores automotivo, empresas de tecnologia e varejo. A Cubic foi fundada em 2009 por Barry Napier, atual presidente e acionista majoritário. A Cubic é inovadora, totalmente focada no cliente e com capacidade de desenvolvimento de aplicações e serviços feitos sob medida para o universo IoT. Um dos segmentos que mais tem avançado na análise dos benefícios do IoT através do eSIM é o setor Automotivo. Nesse sentido, a VALID está reforçando sua estratégia neste mercado ao estreitar ainda mais o relacionamento com a Cubic, na qual a Cia. representa o principal parceiro para prover o eSIM e a plataforma de personalização remota das subscrições dos clientes da Cubic. A estratégia da Cia. é estar preparada para a transição do *Simcard* tradicional para o eUICC Sim (*embeded Sim*), provendo o produto, o sistema operacional e a plataforma de personalização(*Subscription Manager*). Foi reconhecido um ágio nesta aquisição, fundamentado na rentabilidade futura, no montante de EUR8.339 (equivalentes a R$30.978). O valor justo dos ativos e passivos levantados na data da transação estão demonstrados a seguir:

Ativo	Cubic (21/08/2017)
Ativo circulante	**123.376**
Caixa e equivalentes de caixa	**112.267**
Impostos a recuperar	**10.956**
Estoques	**153**
Ativo não circulante	**7.242**
Imobilizado	**5.783**
Intangível	**1.459**
Passivo	
Passivo circulante	**(34.163)**
Fornecedores	**(32.420)**
Outras contas a pagar	**(1.743)**
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da empresa CUBIC	**96.455**
6,13% da empresa CUBIC	**6.169**
Valor efetivamente pago	**37.147**
Ágio gerado na aquisição	**30.978**

d) Pagamento de dividendos na Interprint: Em 14/12/2017, a controlada Interprint efetuou pagamento de dividendos para a Cia. no valor de R$20.000 referente ao resultado gerado no período de seis meses findos em 30/06/2017. Em adição aos eventos societários ocorridos no exercício findo em 31/12/2017, destacam-se os eventos societários a seguir, ocorridos no exercício findo em 31/12/2016, que impactaram a comparabilidade das informações apresentadas nestas demonstrações financeiras:

Controladas	Eventos	Tipo	Valor em moeda original	Valor em R$ mil
Interprint a)	Aquisição da participação na Uram	Reunião dos Sócios	US$400 mil	1.640
Interprint b)	Aquisição da participação na Inemator	Reunião dos Sócios	US$100 mil	410
Valid Espanha	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US$10.746 mil	39.600
Valid Colômbia Sucursal	Aumento de capital	Reunião da Diretoria	US$350 mil	1.276
Interprint	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R$42 milhões	42.000
Valid Certificadora	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R$12 milhões	12.000
Valid Argentina	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US$152 mil	478
Valid Colômbia Sucursal	Aumento de capital	Reunião dos Sócios	US$250 mil	806
Interprint c)	Alienação da participação da coligada Multidisplay	Reunião do Conselho de Administração	R$67 milhões	66.988
Valid Argentina	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	US$2.042 milhões	6.784
Valid Argentina	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	US$61 mil	198
Interprint	Pagamento de dividendos	Reunião dos Sócios	R$80 milhões	80.000
Valid Espanha	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US$10.000 mil	33.476
Valid USA	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US$10.000 mil	33.476
Valid USA	Aumento de capital	Reunião do Conselho de Administração	US$7.566 mil	25.191
Trust d)	Incorporação	AGE	R$9.496	9.496

(a) Aquisição de participação na Uram: Em 2/10/2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da controlada Interprint, de 31,17% das ações da Uram pelo valor total de US$300 mil (equivalentes a R$1.120 na data da aquisição, concluída em 8/10/2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US$255 mil (equivalentes a R$952 na data de aquisição), quando foi identificada mais-valia alocada na rubrica de "Carteiras de clientes" no montante US$46 mil, no qual a Interprint detém US$14 mil (equivalente a R$55). Em 25/01/2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US$400mil (equivalente a R$1.640 naquela data) na Uram, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%. A Uram está estabelecida na cidade de Buenos Aires, Argentina, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (*Fixed Wired Telephony*); (ii) solução de Canal de Marketing pelo *SIM Card*; (iii) solução de *Mobile Banking*; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do SIM card; e (vi) solução de *Backup* de agenda do *SIM card*. Em 25/01/2016, após a obtenção de controle o investimento na Uram foi remensurado pelo seu valor justo na data da combinação de negócios. A seguir, estão demonstrados os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios (data da obtenção do controle), em milhares de reais:

Ativo	Uram (25/01/2016)
Ativo circulante	2.217
Caixa e equivalente de caixa	1.715
Contas a receber	456
Impostos a recuperar	46
Ativo não circulante	169
Imobilizado	46
Intangível	94
Outras contas a receber	29
Passivo	
Passivo circulante	(399)
Fornecedores	(98)
Obrigações fiscais	(272)
Encargos sociais	(29)
Passivo não circulante	(6)
Outras contas a pagar	(6)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da Uram	1.981

	Uram (25/01/2016)
Saldo do investimento detido pela Interprint antes do aporte de capital	1.158
Aporte de capital	1.640
Contraprestação transferida	2.798
Mais: participações de não controladores	971
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(1.981)
Ágio gerado na aquisição	1.788
Contraprestação transferida	(2.798)
Investimento detido anteriormente	1.158
Caixa adquirido	1.715
Caixa líquido oriundo da aquisição de controle Uram	75

(b) Aquisição de participação na Inemator S.A.: Em 2/10/2015, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, através da controlada Interprint, de 31,17% das ações da Inemator pelo valor total de US$75 mil (equivalentes a R$280 na data da aquisição, concluída em 8/10/2015). Esta operação gerou, na época, um ágio no montante de US$55 mil (equivalentes a R$207 na data de aquisição), quando foi identificada mais-valia alocada na rubrica de "Carteiras de clientes" no montante de US$15 mil, no qual a Interprint detém US$5 mil (equivalente a R$18). Em 25/01/2016, foi realizado um aporte de capital, no montante de US$100 mil (equivalente a R$410 naquela data) na Inemator, através do qual a Interprint passou a deter controle desta empresa, a partir desta data, com a participação de 51%. A Inemator está estabelecida na cidade de Montevidéu, Uruguai, e atua no ramo de serviços de soluções de software para o mercado de telecomunicações e bancário. As soluções oferecidas para as operadoras de telefonia celular e instituições financeiras incluem: (i) solução de FWT (*Fixed Wired Telephony*); (ii) solução de Canal de Marketing pelo *SIM Card*; (iii) solução de *Mobile Banking*; (iv) solução de gestão de qualidade de rede; (v) solução de gestão de dispositivos M2M através do *SIM card*; e (vi) solução de *Backup* de agenda do *SIM card*. Em 25/01/2016, após a obtenção de controle o investimento na Inemator foi remensurado pelo seu valor justo na data da combinação de negócios. A seguir, estão demonstrados os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da combinação de negócios (data da obtenção do controle), em milhares de reais:

Ativo	Inemator (25/01/2016)
Ativo circulante	865
Caixa e equivalentes de caixa	734
Investimentos temporários	15
Contas a receber	6
Impostos a recuperar	20
Outros créditos	90
Ativo não circulante	44
Imobilizado	2
Intangível	42
Passivo	
Passivo circulante	(417)
Fornecedores	(364)
Obrigações fiscais	(7)
Encargos sociais	(4)
Outras contas a pagar	(42)
Valor justo dos ativos líquidos de 100% da Inemator	492
Saldo do investimento detido pela Interprint antes do aporte de capital	255
Aporte de capital	410
Contraprestação transferida	665
Mais: participações de não controladores	241
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	(492)
Ágio gerado na aquisição	414
Contraprestação transferida	(665)
Investimento detido anteriormente	255
Caixa adquirido	734
Caixa líquido oriundo da aquisição de controle Inemator	324

(c) Alienação da participação da coligada Multidisplay (operação descontinuada): A controlada direta Interprint possuía influência significativa na coligada Multidisplay, sendo esse investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial até ser classificado como mantido para venda. Em 27/08/2015, a controlada Interprint celebrou com a Cielo S.A. um contrato de compra e venda de ações, para alienação da totalidade da sua participação acionária no capital da Multidisplay, representada por 30% do total das ações, pelo valor inicial de R$60.000. A conclusão da operação dependia do atendimento de certas condições suspensivas, incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do BACEN e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em novembro de 2015, o CADE emitiu o parecer de nº 391 favorável à operação e em 27/06/2016, foi concedida pelo BACEN a última autorização necessária para a conclusão da operação. Em 4/07/2016, foi liquidado em caixa o montante de R$66.988, gerando um ganho de capital bruto no montante de R$40.081, conforme apresentado no quadro abaixo:

Valor de venda (1)	**66.988**
Saldo de investimento na data da venda	**(12.952)**
Ágio na aquisição na data da venda	**(13.955)**
Ganho de capital bruto reconhecido em julho de 2016 (2)	**40.081**

(1) Valor de venda bruto, sem considerar os impostos incidentes sobre a transação. (2) Resultado bruto, sem considerar os impostos incidentes sobre a transação. (d) Incorporação Trust. Em 9/12/2016, foi aprovada em AGE, a incorporação da então controlada Trust pela Cia. O objetivo da incorporação da Trust foi a racionalização e simplificação da estrutura societária das sociedades, trazendo benefícios de ordem administrativa, econômica financeira e fiscal, mediante a redução de despesas e impostos. Os saldos contábeis envolvidos na data da incorporação estão demonstrados abaixo:

	Trust (09/12/2016)
Ativo	11.262
Circulante	6.394
Caixa e equivalente de caixa	5.234
Contas a receber de clientes	422
Impostos a recuperar	319
Estoques	199
Outras contas a receber	220
Não circulante	4.868
Outras contas a receber	77
Depósitos judiciais	858
Imobilizado	3.933
Passivo	11.262
Circulante	1.022
Fornecedores	223
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	686
Impostos, taxas e contribuições a recolher	113
Não circulante	744
Provisões	744
Patrimônio líquido	9.496
Capital social	7.525
Reservas de lucros	1.971

	Trust 01/01/2016 a 09/12/2016
Receita bruta de vendas e serviços	11.634
Impostos e devoluções	(1.437)
Receita de vendas líquida	10.197
Custos das mercadorias e serviços	(9.783)
Lucro bruto	414
Despesas com vendas	(349)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(154)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	(89)
Receitas financeiras	321
Despesas financeiras	(194)
Lucro antes do IR e contribuição social	38
IR e contribuição social correntes	(445)
Lucro líquido do período	(407)

10. Intangível: A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31/12/2017, está demonstrada como segue:

Controladora	Saldo em 2016	Adições	Amortizações	Saldo em 2017
Vida útil definida				
Software	24.357	**2.605**	(6.261)	20.701
Vida útil indefinida				
Ágio da controlada Trust (*)	3.649	**(2)**	-	**3.647**
Total	28.006	**2.603**	**(6.261)**	**24.348**

(*) Transferência do ágio adquirido na aquisição da controlada Trust proveniente do ato de incorporação no montante de R$3.647, conforme comentado na Nota Explicativa nº 9.

Consolidado	Saldo em 2016	Adições	Amortizações	Variação cambial	Saldo em 2017
Vida útil definida					
Software	139.552	**21.301**	**(38.780)**	**3.129**	**125.202**
Carteira de clientes	72.824	**-**	**(6.188)**	**871**	**67.507**
Marcas e patentes	14.500	**-**	**(478)**	**198**	**14.220**
Licença certificação digital	96	**-**	**(10)**	**-**	**86**
Vida útil indefinida					
Licença certificação digital	500	**-**	**-**	**-**	**500**
Ágios					
Interprint	103.792	**-**	**-**	**-**	**103.792**
Valid Espanha	42.303	**-**	**-**	**6.532**	**48.835**
Valid Argentina	3.215	**-**	**-**	**(470)**	**2.745**
Trust	3.649	**(2)**	**-**	**-**	**3.647**
Valid USA	639	**-**	**-**	**9**	**648**
ScreenCheck	12.828	**-**	**-**	**193**	**13.021**
MSC	74.345	**-**	**-**	**1.117**	**75.462**
VSP	3.267	**-**	**-**	**48**	**3.315**
Inemator	351	**-**	**-**	**9**	**360**
Uram	895	**-**	**-**	**(131)**	**764**
Valid A/S	155.222	**-**	**-**	**2.328**	**157.550**
Total	627.978	**21.299**	**(45.456)**	**13.833**	**617.654**

A movimentação dos saldos de intangíveis, para o exercício findo em 31/12/2016 está demonstrada como segue:

Controladora Intangível	Saldo em 2015	Adições	Saldos advindos de Incorporação	Amortizações	Saldo em 2016
Vida útil definida					
Software	19.478	10.085	-	(5.206)	24.357
Vida útil indefinida					
Ágio da controlada Trust (*)	-	-	3.649	-	3.649
Total	19.478	10.085	3.649	(5.206)	28.006

(*) Transferência do ágio adquirido na aquisição da controlada Trust proveniente do ato de incorporação no montante de R$3.649 (vide Nota Explicativa nº 9)

Consolidado Intangível	Saldo em 2015	Adições	Baixas	Adições por aquisições de controladas	Amortizações	Variação Cambial	Saldo em 2016
Vida útil definida							
Software	161.759	33.230	(501)	-	(30.943)	(23.993)	139.552
Carteira de clientes	95.542	-	-	136	(10.219)	(12.635)	72.824
Marcas e patentes	17.957	-	-	-	(517)	(2.940)	14.500
Licença certificação digital	-	100	-	-	(4)	-	96
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	500
Ágios:							
Interprint	103.792	-	-	-	-	-	103.792
Valid Espanha	52.293	-	-	-	-	(9.990)	42.303
Valid Argentina	4.718	-	-	-	-	(1.503)	3.215
Trust	3.649	-	-	-	-	-	3.649
Valid USA	765	-	-	-	-	(126)	639
ScreenCheck	15.370	-	-	-	-	(2.542)	12.828
MSC	89.076	-	-	-	-	(14.731)	74.345
VSP	3.913	-	-	-	-	(646)	3.267
Inemator	-	-	-	414	-	(63)	351
Uram	-	-	-	1.788	-	(893)	895
Valid A/S	180.165	-	-	-	-	(24.943)	155.222
Total	729.499	33.330	(501)	2.338	(41.683)	(95.005)	627.978

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados, principalmente, por carteira de clientes e direitos de utilização de *software*, sendo amortizados linearmente às taxas médias de 8,5% e 21,2% ao ano, respectivamente, com base nas vidas úteis estimadas ou prazos de licença (aplicável para direitos de utilização de *software*) e marcas e patentes sendo amortizados à taxa média de 20% e 13,6% ao ano, respectivamente. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida referem-se, principalmente, aos ágios gerados nas aquisições de controladas. Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Cia. realiza o teste do valor recuperável dos ágios gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22, equivalente ao IFRS 8. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2017, a Cia. e suas controladas realizaram a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não foram identificados ajustes a serem reconhecidos relativos a redução ao valor recuperável dos ágios registrados em suas demonstrações financeiras. A Cia. não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou quando ele afetará o valor informado dos ativos. A Cia. e suas controladas acreditam que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Cia. e suas controladas diretas ou indiretas e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves, sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Cia. e suas controladas. O mesmo é preparado por país e/ou negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação do grupo, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos do grupo; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos 5 anos, com base nos resultados esperados pelo grupo com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de 5 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento o setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações das controladas e da Cia.. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Cia., tendo como base o risco país de cada investida, determinado pela Administração local e Brasil, em conjunto.

	UGC (localidade)	Taxa média de crescimento	Taxa de desconto	Ativos líquidos em 2017	Metodologia utilizada
Trust Selos	Brasil	25%	17,6%	R$11.082	Valor em uso
Interprint	Brasil	3%	17,6%	R$264.089	Valor em uso
Valid Argentina	Argentina	9%	22.7%	R$27.398	Valor em uso
Valid EMEAA	Espanha/Dinamarca	4%	10,7%	US$155.616	Valor em uso
Screencheck	EUA	23%	9,8%	U$17.784	Valor em uso
VSP	EUA	7%	10,2%	US$8.403	Valor em uso
MSC	EUA	6%	9,0%	US$37.576	Valor em uso

Após as análises efetuadas a Administração da Cia. concluiu que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa, não havendo necessidade de reconhecimento, em 31/12/2017, de uma provisão para perda a valor recuperável.

11. Imobilizado.

Controladora Custo	Saldos em 2016	Adições	Baixas	Transferências (2)	Provisão para obsolescência	Saldos em 2017
Terrenos	3.886	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.886**
Edificações	68.947	**48**	**(5.316)**	**10.405**	**5.400**	**79.484**
Máquinas e equipamentos	196.750	**1.293**	**(641)**	**2.179**	**-**	**199.581**
Leasing (1)	47.254	**-**	**(4.632)**	**-**	**-**	**42.622**
Móveis e utensílios	14.391	**717**	**-**	**99**	**-**	**15.207**
Veículos	3.059	**263**	**(926)**	**216**	**-**	**2.612**
Equipamentos e processamento de dados	72.905	**3.069**	**(438)**	**541**	**-**	**76.077**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.218	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.218**
Imobilizado em andamento	14.153	**3.792**	**-**	**(10.356)**	**-**	**7.589**
Adiantamentos a fornecedores	417	**4.668**	**-**	**(3.875)**	**-**	**1.210**
Subtotal do custo	426.980	**13.850**	**(11.953)**	**(791)**	**5.400**	**433.486**
Depreciação						
Edificações	(21.333)	**(5.607)**	**1.572**	**-**	**-**	**(25.368)**
Máquinas e equipamentos	(124.089)	**(6.574)**	**626**	**-**	**-**	**(130.037)**
Leasing (1)	(29.787)	**(9.214)**	**3.184**	**-**	**-**	**(35.817)**
Móveis e utensílios	(6.983)	**(1.229)**	**-**	**-**	**-**	**(8.212)**
Veículos	(1.325)	**(537)**	**646**	**-**	**-**	**(1.216)**
Equipamentos e processamento de dados	(32.397)	**(12.999)**	**343**	**-**	**-**	**(45.053)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.469)	**(1.044)**	**-**	**-**	**-**	**(2.513)**
Subtotal depreciação	(217.383)	**(37.204)**	**6.371**	**-**	**-**	**(248.216)**
Total imobilizado líquido	209.597	**(23.354)**	**(5.582)**	**(791)**	**5.400**	**185.270**

(1) *Leasing* de máquinas e equipamentos de processamento de dados. (2) Em 31/12/2017, mediante a incorporação da controlada Trust realizada em 9/12/2016, a Cia. apresentou o imóvel localizado no estado do Paraná como ativo disponível para venda e mantêm a expectativa de que até junho de 2018 a alienação seja concretizada. Os valores do ativo envolvido representavam o montante de R$791.

Consolidado Custo	Saldos em 2016	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências (3)	Provisão para obsolescência (2)	Saldos em 2017
Terrenos	9.043	**-**	**-**	**72**	**-**	**-**	**9.115**
Edificações	103.239	**48**	**(5.574)**	**103**	**10.400**	**5.400**	**113.616**
Máquinas e equipamentos	400.505	**3.019**	**(2.286)**	**2.804**	**5.619**	**2.247**	**411.908**
Leasing (1)	57.097	**-**	**(4.632)**	**129**	**-**	**-**	**52.594**
Móveis e utensílios	21.832	**1.087**	**(100)**	**174**	**137**	**-**	**23.130**
Veículos	4.124	**263**	**(925)**	**(52)**	**216**	**-**	**3.626**
Equipamentos e processamento de dados	129.855	**7.523**	**(2.642)**	**161**	**820**	**-**	**135.717**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.133	**887**	**(43)**	**938**	**282**	**-**	**45.197**
Imobilizado em andamento	34.936	**11.381**	**-**	**(221)**	**(13.574)**	**-**	**32.522**
Adiantamentos a fornecedores	417	**5.539**	**-**	**-**	**(4.691)**	**-**	**1.265**
Subtotal do custo	804.181	**29.747**	**(16.202)**	**4.108**	**(791)**	**7.647**	**828.690**
Depreciação							
Edificações	(40.947)	**(6.733)**	**1.632**	**(54)**	**-**	**-**	**(46.102)**
Máquinas e equipamentos	(235.855)	**(24.739)**	**2.436**	**(2.899)**	**-**	**-**	**(261.057)**
Leasing (1)	(30.486)	**(10.766)**	**3.237**	**(71)**	**-**	**-**	**(38.086)**
Móveis e utensílios	(11.354)	**(1.984)**	**70**	**(129)**	**-**	**-**	**(13.397)**
Veículos	(1.891)	**(697)**	**647**	**18**	**-**	**-**	**(1.923)**
Equipamentos e processamento de dados	(72.647)	**(18.928)**	**2.450**	**(169)**	**-**	**-**	**(89.294)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(10.541)	**(3.614)**	**9**	**(435)**	**-**	**-**	**(14.581)**
Subtotal da depreciação	(403.721)	**(67.461)**	**10.481**	**(3.739)**	**-**	**-**	**(464.440)**
Total imobilizado líquido	400.460	**(37.714)**	**(5.721)**	**369**	**(791)**	**7.647**	**364.250**

(1) *Leasing* de máquinas e equipamentos de processamento de dados. (2) Provisão para obsolescência relativa à planta que será desmobilizada, conforme comentado na Nota Explicativa nº 25. (3) Em 31/12/2017, mediante a incorporação da controlada Trust realizada em 9/12/2016, a Cia. apresentou o imóvel localizado no estado do Paraná como ativo disponível para venda e mantêm a expectativa de que até junho de 2018 a alienação seja concretizada. Os valores do ativo envolvido representavam o montante de R$791.

	Taxa de depreciação anual
Edificações	4,8%
Máquinas e equipamentos	12,1%
Leasing	15,4%
Móveis e utensílios	16,0%
Veículos	19,2%
Equipamentos de processamento de dados	23,1%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10,2%

Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada destes ativos. Em 31/12/2017 e 2016, a Cia. possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de custo aproximado de R$3.895. Em 31/12/2017 e 2016, a Cia. avaliou e não encontrou indicativos de perda de valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Controladora Custo	Saldos em 2015	Adições	Saldos Advindos de incorporação	Baixas	Transferências	Provisão para obsolescência (2)	Saldos em 2016
Terrenos	3.732	-	154	-	-	-	3.886
Edificações	80.124	19	1.537	(13.344)	6.011	(5.400)	68.947
Máquinas e equipamentos	196.818	837	3.178	(5.082)	999	-	196.750
Leasing (1)	35.209	12.045	-	-	-	-	47.254
Móveis e utensílios	13.944	1.502	27	(1.243)	161	-	14.391
Veículos	3.266	225	-	(516)	84	-	3.059
Equipamentos e processamento de dados	127.245	12.714	79	(68.707)	1.574	-	72.905
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.490	-	-	(5.400)	128	-	5.218
Imobilizado em andamento	13.594	7.151	-	(1.776)	(4.816)	-	14.153
Adiantamentos a fornecedores	776	3.782	-	-	(4.141)	-	417
Subtotal do custo	485.198	38.275	4.975	(96.068)	-	(5.400)	426.980
Depreciação							
Edificações	(28.561)	(3.941)	(689)	11.858	-	-	(21.333)
Máquinas e equipamentos	(118.575)	(10.246)	(268)	5.000	-	-	(124.089)
Leasing (1)	(20.237)	(9.550)	-	-	-	-	(29.787)
Móveis e utensílios	(7.100)	(1.108)	(18)	1.243	-	-	(6.983)
Veículos	(1.189)	(579)	-	443	-	-	(1.325)
Equipamentos e processamento de dados	(88.969)	(12.062)	(67)	68.701	-	-	(32.397)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(6.184)	(685)	-	5.400	-	-	(1.469)
Subtotal depreciação	(270.815)	(38.171)	(1.042)	92.645	-	-	(217.383)
Total imobilizado líquido	214.383	104	3.933	(3.423)	-	(5.400)	209.597

(1) Provisão para obsolescência relativa a planta que será desmobilizada, conforme Nota nº 25.

Consolidado Custo	Saldos em 2015	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	Provisão para obsolescência (2)	Saldos em 2016
Terrenos	9.999	-	-	(956)	-	-	9.043
Edificações	117.779	89	(13.776)	(1.601)	6.148	(5.400)	103.239
Máquinas e equipamentos	434.952	5.458	(23.447)	(28.539)	18.864	(6.783)	400.505
Leasing (1)	35.209	22.232	-	1.396	(1.740)	-	57.097
Móveis e utensílios	22.237	1.880	(1.478)	(890)	83	-	21.832
Veículos	4.282	255	(516)	(174)	277	-	4.124
Equipamentos e processamento de dados	184.188	17.413	(69.456)	(4.290)	2.000	-	129.855
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.238	260	(5.467)	(7.721)	823	-	43.133
Imobilizado em andamento	25.093	38.575	(1.773)	(4.797)	(22.162)	-	34.936
Adiantamentos a fornecedores	870	3.840	-	-	(4.293)	-	417
Subtotal do custo	889.847	90.002	(115.913)	(47.572)	-	(12.183)	804.181
Depreciação							
Edificações	(48.455)	(5.102)	12.290	312	8	-	(40.947)
Máquinas e equipamentos	(239.676)	(30.617)	20.869	13.559	10	-	(235.855)
Leasing (1)	(20.237)	(10.254)	-	13	(8)	-	(30.486)
Móveis e utensílios	(11.252)	(1.938)	1.407	430	(1)	-	(11.354)
Veículos	(1.656)	(788)	443	110	-	-	(1.891)
Equipamentos e processamento de dados	(125.712)	(18.367)	69.457	1.976	(1)	-	(72.647)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(14.295)	(3.398)	5.467	1.693	(8)	-	(10.541)
Subtotal da depreciação	(461.283)	(70.464)	109.933	18.093	-	-	(403.721)
Total imobilizado líquido	428.564	19.538	(5.980)	(29.479)	-	(12.183)	400.460

(1) Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados. (2) Provisão para obsolescência relativa a planta que será desmobilizada, conforme Nota Explicativa nº 25.

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar: As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* a pagar pela Cia. e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid USA
Valor total	US$52.500 mil	US$10.000 mil	US$10.000 mil	US$10.000 mil
Data de vencimento	Novembro/18	Abril/19	Outubro/19	Janeiro/20
Remuneração	2,64% a.a.	Libor + 2,70% a.a.	Libor + 2,65% a.a.	Libor + 2,70% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A.
Amortização do principal	Semestrais (a partir de nov/14)	Semestrais (a partir de abr/16)	Trimestral (a partir dez/15)	Semestral (a partir jan/17)
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de maio/13)	Semestrais (a partir de out/14)	Trimestral (a partir dez/14)	Semestral (a partir jul/15)

Descrição	Empréstimos (a)	Empréstimos(a)	Empréstimos (a)	Empréstimos (a)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid Espanha	Valid Espanha
Valor total	US$10.000 mil	US$17.000 mil	US$50.000 mil	US$50.000 mil
Data de vencimento	Março/20	Jun/19	Maio/22	Maio/22
Remuneração	Libor 3 meses + 2,65% a.a.	Libor 3 meses +2,65% a.a.	5,55% a.a.	Libor 6 meses + 3,5% a.a.
Garantia	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid S.A	Valid S.A.
Amortização do principal	Trimestral a partir de Set/16	Semestral a partir dez/16	Semestral a partir de maio 18	Semestral a partir maio/19
Pagamento de juros	Trimestrais a partir de Jun/15	Trimestrais partir de set/16	Semestral a partir de nov/17	Semestral a partir de nov/17

Descrição	Financiamentos (b)
Tomador	Valid Certificadora
Valor total	R$29.875
Data de vencimento	Setembro/18
Remuneração	TJLP + 1,5%a.a
Garantia	Fiança bancária
Amortização do principal	Mensais (a partir de Out/14)
Pagamento de juros	Trimestrais até Set/14 e mensais a partir de Out/14

Descrição	Leasing (c)	Leasing (c)	Leasing (c)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid S.A.
Valor total	US$1.071 mil	US$151 mil	R$12.045
Data de vencimento	Março/18	Agosto/18	Maio/2018
Remuneração	1,09% a.a.	6,16% a.a.	IPC-Fipe
Garantia	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais	Mensais

Descrição	Leasing (c)	Leasing (c)
Tomador	Valid USA	Valid USA
Valor total	US$2.153 mil	US$854 mil
Data de vencimento	Maio/22	Junho/21
Remuneração	5,42% a.a.	5,80% a.a.
Garantia	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais

Debêntures (d)	4ª emissão 30/04/2013	5ª emissão 24/06/2015	6ª emissão 24/06/2016
Data da aprovação	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013	Reunião do Conselho de Administração em 25/05/2015	Reunião do Conselho de Administração em 11/05/2016
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações	6.250 debêntures simples não conversíveis em ações	199.613 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R$10	R$10	R$1.000
Valor total	R$250.000	R$62.500	R$199.613.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única	Espécie quirografária de série única
Data de vencimento	Abril/18	Junho/18	Junho/19
Remuneração	Taxa média DI + *spread* (de 0,71% a.a.)	109% da Taxa média DI acumulada	114,8% da Taxa média DI acumulada
Garantia	Sem garantia real	Sem garantia real	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano	Parcela única no vencimento	Parcela única no vencimento
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão	Semestral, a partir de dez/15	Semestral, a partir de dez/16
"Rating" pela Moody's	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira - NSR)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Debêntures	**325.633**	390.698	**325.633**	390.698
Leasing	**1.785**	26.458	**10.239**	37.534
Financiamentos	**-**	-	**5.129**	11.840
Empréstimos	**-**	-	**464.483**	361.398
Total	**327.418**	417.156	**805.484**	801.470
Circulante	**127.805**	85.856	**255.885**	326.049
Não circulante	**199.613**	331.300	**549.599**	475.421

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e *leasing*: a) Empréstimos: Em 26/11/2012, a Valid USA captou empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. no montante de US$52.500 mil, para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América. A Controladora é garantidora desse empréstimo. Em 29/04/2014, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itaú BBA International Plc., no montante de US$10.000 mil para arcar com os custos de reestruturação da empresa. A Controladora é garantidora desse empréstimo. Em 31/10/2014, a Valid USA contratou linha de crédito de US$20.000 mil junto ao HSBC Bank USA. Desta linha, foi realizada em 31/10/2014 a captação de US$10.000 mil, sendo aproximadamente US$3.000 mil para honrar compromissos com aquisição de ativos imobilizados e US$7.000 mil para capital de giro e, em 30/04/2015 captou US$10.000 mil remanescentes. A Controladora é garantidora desse empréstimo. Em 29/01/2015, a Valid USA captou empréstimo junto ao Itaú BBA International Plc., no montante de US$10.000 mil, com o objetivo de obter caixa para a aquisição dos ativos da VSP. A Controladora é a garantidora desse empréstimo. Em 12/06/2015, a Valid USA captou empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de US$44.000 mil com o objetivo de obter caixa para a aquisição da empresa MSC. A Controladora é a garantidora desse empréstimo. Em 12/06/2017, a subsidiária Valid USA efetuou de forma integral a liquidação do empréstimo. Em 10/05/2016, a Valid USA contratou uma linha de crédito de US$17.000 mil junto ao Banco Citibank S.A. Desta linha, foi realizada em 10 de maio e 30/09/2016, a captação de US$10.000 mil e US$7.000 mil, respectivamente, com objetivo de reposição do caixa para liquidação de compromissos no curto prazo. Em 18/05/2017 e 2/06/2017, a Valid Espanha contratou duas linhas de crédito de U$50.000 mil junto ao Itaú BBA e US$50.000 mil junto ao banco Santander para honrar compromissos e reposição de caixa para pagamento de suas dívidas. Os empréstimos preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Cia. cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais na data-base de 31/12/2017 e 31/12/2016. Abaixo, encontram-se descritas as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais dos empréstimos das subsidiárias Valid USA e Valid Espanha. *Valid USA:* • Dívida líquida dividida pelo Ebitda menor ou igual a três; • Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75; • Após o vencimento das debentures (6ª emissão - junho 2019) manutenção de dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5. Caso contrário distribuição de dividendos limitada ao mínimo obrigatório (1). (1) Somente para Valid Espanha. A Valid USA e Valid Espanha estão restritas a: (I) Entrar em fusão, consolidação ou amalgamação (a menos que esta tenha sido aprovada pelo credor); (II) Liquidar, encerrar ou dissolver a si ou entrar em reorganização ou reestruturação corporativa; (III) Em uma ou mais transações e se relacionado ou não, vender, transferir, designar ou dispor de todos ou substancialmente todos ativos ou propriedades (exceto que se funda ou consolide com outra empresa, tendo que o devedor seja a que continue/sobreviva ou que a continuada/sobrevivente assuma as obrigações após a fusão); (IV) Entrar em novo acordo, direta ou indiretamente, onde venda ou transfira qualquer propriedade, real ou pessoal, usado ou útil ao negócio, seja possuído ou que venha a ser adquirido, e, a partir de então, alugar a propriedade ou outra propriedade que tenha a intenção de usar para, substancialmente, o mesmo propósito que a propriedade vendida/transferida. Durante exercício findo em 31/12/2017, foram pagos R$252.920 (R$91.929 em 2016), sendo deste montante R$21.701 (R$14.462 em 2016) a título de juros sobre empréstimos. Em 31/12/2017 e 2016, os saldos dos empréstimos registrados na Cia. e suas controladas estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Principal	**461.837**	357.404
Juros	**2.646**	3.994
Total	**464.483**	361.398
Circulante	**120.528**	230.686
Não circulante	**343.955**	130.712

b) Financiamentos: Em 11/09/2012, a Valid Certificadora captou financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES") para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R$29.875, tendo sido liberado o montante de R$26.500 até o exercício findo em 31/12/2017. O financiamento prevê a manutenção de determinados *covenants* exigíveis até o término do contrato para os quais a controlada Valid Certificadora cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais em 31/12/2017 e 2016. Demonstramos abaixo as principais cláusulas de *covenants* financeiros e operacionais deste financiamento: • Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem disponibilizar programa de treinamento, voltado a oportunidades de recolocação ao mercado de trabalho, após ter submetido ao BNDES para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão; • A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; • Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas em retrospectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem: (I) Restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (II) Restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; e (III) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação. • Caso a aplicação dos recursos sejam divergentes do previsto no contrato; • Na data de diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada da beneficiária ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal. No exercício findo em 31/12/2017, foram pagos referentes a este financiamento o montante de R$7.428 (R$7.827 em 2016), sendo deste montante R$646 (R$1.131 em 2016) a título de juros remuneratórios. Em 31/12/2017 e 2016, o saldo de financiamentos registrados pela Cia. e suas controladas estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Principal	**5.113**	11.802
Juros	**16**	38
Total	**5.129**	11.840
Circulante	**5.129**	6.782
Não circulante	-	5.058

c) Leasing a pagar: A Cia. firmou, em abril de 2016, um aditivo ao contrato classificado como *leasing* financeiro, no montante de pagamentos mínimos de R$12.045 com vigência de 27 meses referente a equipamentos de processamento de dados onde os bens serão revertidos sem custo, ao final do contrato, ao arrendatário. Em 31/12/2017, o saldo em aberto é de R$1.785. A Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US$1.071 mil com vigência de 48 meses, em abril de 2014, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31/12/2017, foram efetuados pagamentos no montante de R$858,equivalentes a US$268 mil (R$930, equivalentes a US$269 mil em 31/12/2016. Em janeiro de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US$151 mil com vigência de 36 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31/12/2017, foram efetuados pagamentos no montante de R$174, equivalentes a US$54 mil (R$144 equivalentes a US$42 mil em 31/12/2016). Em maio de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US$2.153 mil com vigência de 72 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31/12/2017, foram efetuados pagamentos de R$1.319 (equivalentes a U$413 mil). Em junho de 2016, a Valid USA firmou contrato classificado como *leasing* financeiro no montante de US$854 mil com vigência de 48 meses, referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício findo em 31/12/2017, foram efetuados pagamentos de R$666 (equivalentes a U$208 mil). A seguir demonstramos os pagamentos mínimos futuros a pagar referentes aos arrendamentos financeiros da Cia. e suas controladas em 31/12/2017 (não contempla encargos futuros).

Controladora	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de *leasing*	**1.785**	**-**	**-**	**1.785**
Total de pagamentos mínimos líquidos	**1.785**	**-**	**-**	**1.785**

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pagamento mínimo de *leasing*	**4.208**	**6.031**	**-**	**10.239**
Total de pagamentos mínimos líquidos	**4.208**	**6.031**	**-**	**10.239**

A Cia. possuía arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros, com prazo médio de seis anos e com opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. Em 16/02/2017, a Cia. efetuou a aquisição dos equipamentos arrendados pelo valor de US$3.125 (equivalentes a R$9.712), extinguindo-se a partir dessa data o contrato de arrendamento mercantil financeiro. Com a referida extinção do contrato, o passivo registrado na data foi novamente mensurado de acordo com as condições acordadas, passando de R$18.512 para R$9.712, com pagamento em quatro parcelas mensais, não havendo saldos em aberto em 31/12/2017. Em função da nova mensuração da obrigação registrada pela Cia., foi auferido um ganho reconhecido no resultado do período no montante de R$8.800. d) Debêntures: Em 31/12/2017 e 2016, os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente estão demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado 2017	Controladora e Consolidado 2016
Circulante		
Principal	**125.000**	62.500
Juros	**1.020**	3.585
	126.020	66.085
Não circulante		
Principal	**199.613**	324.613
	199.613	324.613
Total	**325.633**	390.698

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* trimestrais, para os quais a Cia. cumpriu, adequadamente, as cláusulas contratuais em 31/12/2017 e 2016. Demonstramos, abaixo, os *covenants* financeiros das debêntures da Cia.: • Dívida líquida dividida pelo Ebitda menor ou igual a três; • Ebitda dividido pelas despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,75. Em 6/07/2016, foi captado o montante de R$199.613 referente à 6ª emissão de debêntures com objetivo de reposição de caixa para liquidação de compromissos no longo prazo. No exercício findo em 31/12/2017, foram pagos juros remuneratórios sobre as debêntures no montante de R$40.784 (R$47.372 em 2016). Adicionalmente, divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e *leasing* a pagar em aberto em 31/12/2017 e 2016 (não considera encargos futuros):

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
2017	**-**	85.856	**-**	326.049
2018	**127.805**	131.687	**255.885**	254.315
2019	**199.613**	199.613	**328.722**	215.150
2020	**-**	-	**92.755**	3.929
2021	**-**	-	**85.659**	1.534
2022	**-**	-	**42.463**	493
	327.418	417.156	**805.484**	801.470

13. Compromissos: Arrendamento operacional: Os principais contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. A Cia. e suas controladas não têm a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir estão divulgados os principais compromissos não canceláveis assumidos pela Cia. e suas controladas referentes a arrendamentos operacionais.

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Até um ano	**9.344**	15.084	**22.979**	14.380
De um a cinco anos	**11.697**	18.100	**52.687**	41.684
Mais de cinco anos	**-**	-	**48.739**	56.646

A Cia. e suas controladas não possuem passivos reconhecidos em relação aos contratos de arrendamento operacional por entenderem que estes não são onerosos. Os saldos reconhecidos no resultado se encontram divulgados na Nota Explicativa nº 23 na rubrica de arrendamento operacional. **14. Provisões:** A Cia. e suas controladas figuram como parte autora e parte ré em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios, realizando depósitos judiciais quando necessário. As provisões para os eventuais desembolsos decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Cia., amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos. Em 31/12/2017 e 2016, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte composição e movimentação:

Controladora	Saldos em 2016	Adições	Reversão	Pagamentos	Saldos em 2017
Trabalhistas	13.540	**4.938**	**(6.109)**	**(1.223)**	**11.146**
Tributárias	1.127	**848**	**-**	**-**	**1.975**
Cíveis, comerciais e outros	194	**11**	**(89)**	**-**	**116**
Total	14.861	**5.797**	**(6.198)**	**(1.223)**	**13.237**

Consolidado	Saldos em 2016	Adições	Reversão	Pagamentos	Variação cambial	Saldos em 2017
Trabalhistas	18.351	**8.509**	**(9.525)**	**(2.978)**	**(62)**	**14.295**
Tributárias	1.234	**1.595**	**-**	**-**	**-**	**2.829**
Cíveis, comerciais e outros	204	**185**	**(106)**	**-**	**-**	**283**
Total	19.789	**10.289**	**(9.631)**	**(2.978)**	**(62)**	**17.407**

a) Provisões: Os principais processos classificados com expectativa de perda provável e, portanto, constituídas as respectivas provisões nas Demonstrações Financeiras estão resumidas abaixo: • Trabalhistas: envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, sendo que as mais relevantes, individualmente, dizem respeito a: horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, adicionais, equiparação salarial, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações prováveis de maior representatividade totalizam o montante de R$2.789 (R$5.831 em 31/12/2016) na Controladora e Consolidado. • Tributárias: o saldo provisionado refere-se a: (a) Ação anulatória de débito que representa uma contingência de R$1.147 em 31/12/2017 (R$1.127 em 31/12/2016). O objeto da referida ação é o reconhecimento de que parte do débito exigido na execução fiscal nº 2005.51.01.511329-9, oriundo da exclusão do lucro real de valores de aplicações financeiras bloqueados pelo Plano Collor, foi compensado com crédito em favor da Cia.. (b) Cinco processos tributários cujos débitos foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), instituído pela MP nº 783/2017 e que representam uma contingência total de R$1.568 em 31/12/2017 (R$0 em 31/12/2016). O objeto dos referidos processos são os seguintes: (i) Cobrança dos créditos tributários consubstanciados nas NFLD's nºs 35.815.873-7 e 35.815.874-5; (ii) PER/DCOMP nº 10926.97696.310504.1.3.04-2128 - compensação de débito de IRPJ, no valor de R$178 (abril/2004), com crédito de IRPJ/02/2004, que, após atualização pela SELIC, alcançou o mesmo valor do débito; (iii) PER/DCOMP nº 01093.68895.310504.1.3.04-1267 - compensação de débito de IRPJ no valor de R$283 (abril/2004), com crédito de IRPJ/03/2004, decorrente de um pagamento de R$911; (iv) PER/DCOMP nº 20501.40423.310504.1.3.04-0472 - compensação de débito de CSLL no valor de R$79 (abril/2004), com crédito de CSLL/02/2004 que, após atualização pela SELIC, alcançou o mesmo valor do débito; e (v) PER/DCOMP nº 00830.82558.310504.1.3.04-3856 - compensação de débito de CSLL no valor de R$88 (abril/2004), com crédito de CSLL/03/2004, decorrente de um pagamento de R$328. b) Passivos contingentes com expectativa de perda possível: Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora 2017	Controladora 2016
Trabalhistas	**26.943**	24.663
Tributários	**195.917**	182.493
Cíveis, comerciais e outros	**54.712**	50.812
Total	**277.572**	257.968

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Trabalhistas	**29.319**	31.092
Tributários	**240.854**	224.468
Cíveis, comerciais e outros	**86.569**	80.279
Total	**356.742**	335.839

As principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo: *Processos tributários:* (i) Impostos sobre Produtos Industrializados ("IPI"): a Cia. possui autuações lavradas, de 2010 a 2013, por autoridades fiscais federais sob o argumento de que os impressos personalizados produzidos pela Cia. deveriam ter uma classificação fiscal distinta daquela que foi adotada. De acordo com o código fiscal indicado pela Receita Federal, os materiais confeccionados pela Cia. estariam sujeitos à tributação pelo IPI, configurando-a, portanto, como devedora de IPI à União Federal. Ainda na mesma autuação, o Fisco utilizou os créditos de IPI (conforme descrito na Nota Explicativa nº 8), acumulados em razão da aquisição de insumos aplicados na confecção dos referidos impressos, para abater os débitos apurados, objetos das autuações. Ato contínuo, como consequência da amortização dos créditos de IPI com os débitos, o Fisco glosou declarações de compensação nas quais foram utilizados estes créditos. Por uma mudança na orientação financeira do tema, a Cia. deixou de compensar os créditos acumulados com outros tributos federais e passou a requerer o ressarcimento em moeda dos correspondentes valores. De acordo com a avaliação dos consultores jurídicos, a Cia. considera a perda como possível e, dessa forma, deixa de constituir provisão. O valor atualizado, em 31/12/2017, destes processos monta R$40.429 (R$38.771 em 31/12/2016). (ii) Auto de infração - Arquivos eletrônicos fiscais: a Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a Cia., em 2012, auto de infração, no montante de R$12.796 (R$11.622 em 31/12/2016), referente a multas por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais (GIA e EFD). A Cia. ingressou com ação judicial para anular o débito, que se encontra, atualmente, em primeira instância judicial, na fase de realização de perícia. Os valores apresentados acima representam a melhor estimativa da Cia. em 31/12/2017. (iii) Execução fiscal ICMS - São Paulo: a Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou contra a controlada Interprint, em 2014, ação de execução fiscal que, considerando atualizações e honorários advocatícios, perfaz o montante de R$6.083 em 31/12/2017 (R$5.646 em 31/12/2016). Trata-se de cobrança de suposto débito de ICMS, relativo a diferenças de recolhimento deste imposto por divergência de base de cálculo na venda de cartões indutivos. Atualmente esse processo se encontra aguardando o julgamento em primeira instância judicial. (iv) INSS: o INSS está reclamando, desde 2007, um recolhimento realizado por parte da Cia. no montante atualizado de R$1.733 em 31/12/2017 (R$1.664 em 31/12/2016). Em sentença amparada por súmula vinculante, o juiz afastou a parte do débito que estava prescrito. Atualmente, está pendente o julgamento dos recursos de apelação apresentados pelas partes. (v) IRPJ e CSLL: a Receita Federal lavrou, em 2013, auto de infração contra a controlada Interprint, no montante atualizado de R$29.011 em 31/12/2017 (R$27.293 em 31/12/2016), referente à suposta irregularidade de amortização de ágio registrado na sua escrituração contábil. A Interprint teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs recurso voluntário. Atualmente, o recurso está pendente de julgamento. (vi) A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo lavrou auto de infração contra a Cia., cobrando supostos valores de ICMS desde janeiro de 2012 a dezembro de 2013, por entender ser exigível ICMS sobre (i) transferências entre estabelecimentos do mesmo titular; e (ii) saídas para outros estabelecimentos tributadas como prestação de serviço. Em 31/12/2017, o montante atualizado do referido processo é de R$99.062 (R$88.204 em 31/12/2016). Em 19/04/2017, o recurso da controladora foi julgado parcialmente procedente. Atualmente, aguarda-se a apresentação do recurso pela Fazenda Estadual e a intimação formal da Cia.. (vii) A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração em face da Cia. cobrando supostas diferenças de II, IPI, PIS e COFINS por divergir da classificação fiscal dos insumos importados sob a denominação "circuito integrado", ao passo que os identificou como "cartões inteligentes". Em 11/02/2016, ciência do acórdão que julgou improcedente a impugnação da Cia.. Em 31/12/2017, o montante atualizado do referido processo é de R$16.905 (R$16.375 em 31/12/2016). Atualmente, a discussão encontra-se em fase de recurso administrativo perante o CARF. *Processos cíveis, comerciais e outros:* (i) Ação cível ajuizada contra a Cia. em 3/02/2004, cujo autor é um ex-representante comercial, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. Em 31/12/2017, o valor atualizado da ação é de R$31.033 (R$27.084 em 31/12/2016). (ii) Ação cível ajuizada pela Cia. em 9/07/2007, requerendo a anulação ou, se assim não se entender, a redução da multa imposta pela ANATEL. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em segunda instância. O valor atualizado da ação, em 31/12/2017, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R$12.100 (R$12.355 em 31/12/2016). (iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação. Atualmente, o processo está aguardando julgamento em primeira instância. O valor atualizado da ação, em 31/12/2017, atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R$28.942 (R$26.787 em 31/12/2016). *Processos trabalhistas:* A Cia. possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, adicional de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS, dentre outros direitos trabalhistas. As reclamações possíveis de maior representatividade referentes aos temas acima somam o montante de R$7.708 em 31/12/2017. A Cia. e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas, em 31/12/2017, corresponde a R$2.680 na controladora e R$10.032 no consolidado (R$0 e R$14.130 em 31/12/2016, respectivamente). Os encargos de comissão desses contratos possuem taxas contratadas de 2,5% a 3,0% a.a. reconhecidos na demonstra ção do resultado.

15. Transações com partes relacionadas:	Controladora 2017	Controladora 2016
Ativo circulante (a)		
Contas a receber		
Interprint	**5.629**	1
Valid Sucursal Colômbia	**9**	299
Valid USA	**-**	103
Valid Certificadora	**1.748**	-
Valid A/S	**1**	-
Argentina	**72**	-
Valid Participações	**218**	-
Total ativo circulante	**7.677**	403
Passivo circulante (a)		
Fornecedores		
Valid Espanha	**(4.561)**	(1.410)
Valid A/S	**(200)**	(78)
Valid Certificadora	**(1)**	-
Valid Sucursal	**(8)**	-
Valid Argentina	**(110)**	-
Total passivo circulante	**(4.880)**	(1.488)

	Controladora 2017	Controladora 2016
Demonstração dos resultados		
Receita líquida (a)	**1.500**	6.462
Interprint	**408**	213
Valid Argentina	**733**	2.696
Valid Colômbia	**-**	3.240
Valid Sucursal Colômbia	**269**	-
Valid USA	**-**	125
Valid Certificadora	**15**	-
Valid México	**-**	188
Valid A/S	**75**	-
Custo das mercadorias e serviços (a)	**(13.108)**	(7.977)
Trust	**-**	(2.289)
Valid Espanha	**(10.611)**	(5.081)
Valid A/S	**(2.197)**	(149)
Valid Certificadora	**(54)**	(4)
Interprint	**(95)**	(5)
Valid Argentina	**(112)**	(449)
Uram	**(27)**	-
Valid Sucursal	**(12)**	-
Receita financeira	**-**	2.192
Valid Argentina	**-**	381
Valid Espanha	**-**	1.811
Despesa financeira	**-**	(4.629)
Valid Argentina	**-**	(783)
Valid Espanha	**-**	(3.846)

(a) As operações referem-se à compra de insumos entre as empresas, sendo a produção feita de acordo com as necessidades das partes envolvidas, não existindo contrato firmado de produção mínima. O prazo médio de pagamento/recebimento dos valores envolvidos é de 35 dias, sendo todas as transações realizadas de acordo com as práticas de mercado. Transações patrimoniais entre partes relacionadas que não impactaram a Controladora: • Em 31/12/2017, a Valid Espanha possuía em seu ativo contas a receber com a Valid Argentina no montante de R$441, R$1.603 com a Valid USA e R$1 com a Fundamenture e R$7.516 com a Valid México, referentes à venda de insumos (R$3.568 com a Valid A/S, R$715 Valid Argentina e R$2.214 com a Valid USA, R$14.402 com a Valid México em 31/12/2016). • Em 31/12/2017, a Valid A/S possuía em seu ativo, contas a receber com a Valid Espanha no montante de R$1.732, Valid USA R$2.399 referente à venda de insumos (R$1.439 com a Valid Espanha, R$4.005 com a Valid USA em 31/12/2016). Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal: No exercício findo em 31/12/2017 e 2016, a remuneração dos administradores, conselheiros e demais diretores não estatutários, registrada na demonstração do resultado, que incluem encargos sociais e demais benefícios está demonstrada a seguir:

Consolidado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	2017
Remuneração fixa anual	**1.763**	**419**	**6.025**	**1.887**	**10.094**
Remuneração	**1.763**	**419**	**5.547**	**1.714**	**9.443**
Benefícios	**-**	**-**	**478**	**173**	**651**
Remuneração baseada em ações	**543**	**-**	**677**	**136**	**1.356**
Remuneração variável	**-**	**-**	**458**	**-**	**458**
Encargos por ônus do empregador	**-**	**-**	**2.199**	**672**	**2.871**
Total da remuneração (*)	**2.306**	**419**	**9.359**	**2.695**	**14.779**

(*) A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 28/04/2017, corresponde ao montante de R$21.808.

Consolidado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Demais Diretores	2016
Remuneração fixa anual	2.313	392	5.901	1.848	10.454
Remuneração	1.402	392	5.227	1.590	8.611
Benefícios	911	-	674	258	1.843
Remuneração variável	-	-	382	-	382
Encargos por ônus do empregador	-	-	1.997	597	2.594
Total da remuneração (*):	2.313	392	8.280	2.445	13.430

(*) A remuneração dos administradores, aprovada em AGO, realizada no dia 29/04/2016,

corresponde ao montante de R$13.500. **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em AGE realizada em 15/05/2017, foi aprovado o aumento do capital social em R$163.688, mediante capitalização de parte da reserva de investimentos, com bonificação, emissão e distribuição aos acionistas, proporcionalmente a suas participações, de 6.475.000 ações ordinárias, sem valor nominal, o que corresponde a 1 ação para cada lote de 10 ações detidas pelos acionistas, de acordo com o disposto no Art. 169 da Lei nº 6.404/76. As ações que não puderem ser atribuídas por inteiro tiveram suas frações agrupadas e vendidas na BM&FBOVESPA, dividindo-se o produto da venda, proporcionalmente, pelos titulares das frações. O valor da reserva capitalizado correspondeu a R$25,28 por ação. Dessa forma, o capital social passou de R$756.000 dividido em 64.750.000 para R$919.688 divididos em 71.225.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Cia. está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas. b) Reserva de capital e ações em tesouraria: *Opções de outorgas reconhecidas:* Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Cia. possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R$6.111 em 31/12/2016. Em AGO de Acionista da Cia. realizada em 28/04/2017, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Cia., que contém os termos e as condições gerais para a outorga de ações ordinárias de emissão da Cia. para os participantes do Plano eleitos pelo Conselho de Administração. A opção de recebimento de prêmio baseados em ações foi disponibilizada para alguns executivos da Cia. e encontra-se baseada nas normas descritas no CPC 10 (IFRS 02) - Pagamento Baseado em Ações. A Cia. reconhece o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na Cia. e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção dividendos e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado. O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da sua concessão. As opções têm um prazo máximo de exercício de três anos. O preço de exercício das opções é ajustado pela taxa CDI acrescidas de taxa anual de 6%. O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Monte Carlo. O preço-base das Ações da Cia. ("Preço Base") foi estabelecido em R$15,24; o preço-base foi calculado com base na cotação média de fechamento das ações da Cia. na BM&FBOVESPA no período de 30 dias anterior à data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração, ou seja, no período entre 31/05/2017 e 29/06/2017. A transferência das ações está sujeita ao atingimento de metas de performance anual da Cia., que será apurado mediante a comparação entre o preço base R$15,24 e o preço de verificação a ser apurado pelo Conselho de Administração com base na cotação média de fechamento das ações da Cia. no período entre 31/05/2018 e 29/06/2018. Expectativa de reconhecimento do plano de opções no resultado do exercício segregado por ano:

Ano	Valor
2017	1.356
2018	1.358
Total	2.714

A Cia. reconhece mensalmente o montante de forma pró-rata em reserva de capital, opções de ações outorgadas com a contrapartida no resultado registrando o montante de R$1.356 no exercício findo em 31/12/2017. A outorgas das opções estão assim resumidas:

Quantidade mínima de ações aprovada no plano (*):	178.063
Preço-base por ação:	15,24
Custo com outorgas:	2.714

(*) Não houve ações com direito prescrito, exercidas, expiradas durante o exercício findo em 31/12/2017. *Ações em tesouraria:* Desde janeiro de 2008, a Cia. tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Cia. para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de remuneração de seus administradores. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações são adquiridas com recursos do caixa da Cia.. A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014
04/02/2016	1.000.000 ações	1,50%	01/02/2017
01/02/2017	1.000.000 ações	1,57%	02/02/2018

Em 31/12/2017, a Cia. mantém 712.325 ações ordinárias em tesouraria (70.932 ações em 31/12/2016), dos quais, foram adquiridas 607.000 ações no exercício findo em 31/12/2017, cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

	Custo de aquisição (em reais)		
Tipo	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	14,75	26,25	18,35

Baseado na última cotação de mercado disponível, em 31/12/2017, o valor das ações em tesouraria é de R$ 13.207, cujo preço médio ponderado, assim como preço mínimo e preço máximo em 31/12/2017, estão demonstrados a seguir:

	Quantidade				Preço (em reais)		
Tipo	2016	Aquisições/ baixas	Bonificação	2017	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	70.932	607.000	34.393	712.325	14,75	26,25	19,79

Em 31/12/2016 a Cia. possuía um saldo de ações no montante de 1.345 e adquiriu durante o exercício de 2017 o volume de 607.000 ações no valor total de R$11.728 referente ao plano de recompra de ações, totalizando assim em 31/12/2017 o valor de R$13.073. c) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2017, o saldo da reserva legal representava o montante de R$51.267 (R$49.883 em 31/12/2016). *Reserva para investimento:* É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme deliberado em AGE de 15/05/2017, a Cia. capitalizou o montante de R$163.688 com reserva de investimento. No exercício findo em 31/12/2017 foi constituído o montante de R$1.623 com reserva de investimento passando o saldo desta para R$86.240. (R$248.305 em 31/12/2016). d) Dividendos e juros sobre capital próprio:

Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar ("JCP")	Valor por ação	Data	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2015			13.021
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015	R$0,12711	18/01/16	(8.218)
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R$5.544)	R$0,08576	18/01/16	(4.797)
Dividendos adicionais declarados referentes ao exercício de 2015	R$0,24891	29/04/16	16.094
Pagamento de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2015	R$0,24891	31/05/16	(16.092)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R$15.219)	R$0,23529	14/09/16	13.083
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R$15.219)	R$0,23529	29/09/16	(13.081)
JCP declarados referentes ao exercício de 2015 (valor bruto de R$30.437)	R$0,23529	12/12/16	13.175
Pagamento de JCP referentes ao exercício de 2016 (valor bruto de R$30.437)	R$0,23529	28/12/16	(13.175)
JCP declarados referentes ao exercício de 2016 (valor bruto de R$30.437)	R$0,23529	12/12/16	13.178
Saldo em 31/12/2016			13.188
Pagamento de JCP referente ao exercício de 2016 (valor bruto de R$30.437)	R$0,23529	27/01/17	(13.180)
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2017	R$0,20000	08/11/17	14.103
Pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2017	**R$0,20000**	**24/11/17**	**(14.103)**
Saldo em 31/12/2017			8

A Administração propôs como parte do encerramento das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016, a destinação de parte do resultado do exercício do referido ano a título de dividendos adicionais no montante de R$10.842, na forma prevista no Estatuto Social da Cia.. A destinação para dividendos adicionais relativos ao exercício de 2016 foi aprovada dia 29/04/2017 em AGE e liquidados em 12/05/2017. Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo ("TJLP") nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das Demonstrações Financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. O estatuto social da Cia. estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes ainda não declarados, destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Cia. está propondo à Assembleia Geral dos Acionistas, destinar o montante do lucro do exercício findo em 31/12/2017, conforme segue:

Proposta de destinação do lucro do exercício	2017	2016
Lucro líquido do exercício atribuído aos proprietários da Controladora	27.687	88.269
Constituição de reserva legal (5%)	(1.384)	(4.414)
Lucro líquido do exercício ajustado	26.303	83.855
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.576	20.964
Dividendos intercalares declarados referentes ao exercício	(14.103)	-
Juros sobre o capital próprio declarados referentes ao exercício	-	(45.656)
	(14.103)	(45.656)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	-	6.219
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio declarados atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(14.103)	(39.437)
Dividendos adicionais propostos	(10.577)	(10.842)
Resumo das destinações:		
Reserva legal	1.384	4.414
Reserva para investimento	1.623	27.357
Dividendos e Juros sobre capital próprio	24.680	56.498
Lucro líquido do exercício	27.687	88.269

e) Outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão: Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7/10/2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras ("CPC 02"), equivalente à IAS 21, que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Cia. constituiu a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão", decorrente da conversão das Demonstrações Financeiras de suas controladas no exterior e da conversão dos respectivos ágios oriundos das suas aquisições. Em 31/12/2017, o saldo desta rubrica era devedor em R$71.317 (devedor em R$77.227 em 31/12/2016). Esta variação deve-se, principalmente, pelas variações ocorridas nas principais moedas funcionais das controladas, direta e indireta, diferentes do Real (Dólar e Euro). f) Par ticipação de não controladores:

	2017	2016
Saldo no início do período	11.429	12.470
Participações de não controladores decorrentes da aquisição da empresa Uram (vide Nota Explicativa nº 9)	-	971
Participações de não controladores decorrentes da aquisição da empresa Inemator (vide Nota Explicativa nº 9)	-	241
Participação no resultado do período	71	126
Ajustes acumulados de conversão	194	(2.379)
Saldo no fim do período	11.694	11.429

17. Resultado por ação: A Cia. apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31/12/2017 e 2016.

	2017	2016
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	27.687	88.269
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado por ação (em lotes de mil)	68.352	64.674
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais)	**0,40506**	1,36483
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais) das operações continuadas	**0,40506**	1,02828
Resultado por ação - resultado básico e diluído por ação (em Reais) das operações descontinuadas	-	0,33655

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Cia., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Para os períodos apresentados, os resultados básico e diluído por ação da Cia. são equivalentes, considerando que a Cia. e suas controladas não possuem nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações em circulação média dos períodos apresentados. **18. Informações por segmento:** Para fins de administração, a Cia. é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações: a) Meios de pagamento: O segmento de meios de pagamento é composto, principalmente, por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e *gift cards*. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, *vouchers, tickets* e ingressos. b) Identificação: O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais. c) Telecom: O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as "raspadinhas", muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micropagamentos. d) Certificação digital: O segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, aferindo a elas, autenticidade, integridade, privacidade e validade jurídica. Complementamos o nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificados de atributos e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais. A Administração da Cia. monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado, principalmente, com base no lucro alocado por segmento, que compreende a receita líquida menos os custos, despesas de venda e administrativas, portanto, não considera outras receitas e despesas operacionais líquidas, resultado de equivalência patrimonial, resultado financeiro e despesa com imposto de renda e contribuição social. As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

2017	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Receitas							
Clientes	631.022	501.934	359.391	82.127	-	-	1.574.474
Intersegmento	28.655	102	89.259	54	(118.070)	-	-
Total das receitas	659.677	502.036	448.650	82.181	(118.070)	-	1.574.474
Custos	(590.979)	(316.599)	(242.953)	(70.416)	-	-	(1.220.947)
Despesas de vendas	(39.884)	(17.410)	(50.497)	(7.330)	-	-	(115.121)
Despesas administrativas	(31.427)	(33.129)	(19.988)	(3.570)	-	-	(88.114)
Intersegmento	(28.655)	(102)	(89.259)	(54)	118.070	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(54.898)	(54.898)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.659)	-	-	-	(1.659)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(29.323)	(29.323)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	-	(36.654)	(36.654)
Lucro líquido do período							27.758

2017	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Ativos operacionais	417.992	210.487	207.099	26.672	(26.472)	-	835.778
Clientes	109.500	106.757	147.826	15.655	(26.472)	-	353.266
Estoques	69.715	11.424	35.243	1.880	-	-	118.262
Imobilizado	238.777	92.306	24.030	9.137	-	-	364.250
Passivos operacionais	50.919	13.186	58.100	3.972	(26.472)	-	99.705
Fornecedores	50.919	13.186	58.100	3.972	(26.472)	-	99.705

2016	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Receitas							
Clientes	758.209	461.791	439.526	64.324	-	-	1.723.850
Intersegmento	10.918	215	135.489	2	(146.624)	-	-
Total das receitas	769.127	462.006	575.015	64.326	(146.624)	-	1.723.850
Custos	(678.248)	(285.442)	(284.687)	(28.823)	-	-	(1.277.200)
Despesas de vendas	(38.434)	(24.978)	(74.707)	(25.817)	-	-	(163.936)
Despesas administrativas	(34.274)	(40.043)	(24.304)	(2.793)	-	-	(101.414)
Intersegmento	(10.918)	(215)	(135.489)	(2)	146.624	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(68.104)	(68.104)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(45.750)	(45.750)
IR/CS sobre o lucro	-	-	-	-	-	(817)	(817)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas							66.629
Resultado líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas - Nota 10(i)	-	-	-	-	-	21.766	21.766
Lucro líquido do exercício							88.395

2016	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Saldo não alocados nos segmentos	Consolidado
Ativos operacionais	451.591	186.104	204.147	27.958	(29.086)	-	840.714
Clientes	101.546	69.907	154.394	14.494	(29.086)	-	311.255
Estoques	86.608	13.615	26.228	2.548	-	-	128.999
Imobilizado	263.437	102.582	23.525	10.916	-	-	400.460
Passivos operacionais	56.101	12.530	64.022	2.460	(29.086)	-	106.027
Fornecedores	56.101	12.530	64.022	2.460	(29.086)		106.027

As rubricas "Outras despesas operacionais, líquidas", "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" e "IR e CSLL" estão apresentadas no quadro acima de forma não segmentada, pois a Cia. entende que estas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional. *Informações geográficas:* A Cia. e suas controladas operam nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai, México, Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia, Indonésia e Irlanda. Por não serem individualmente representativas, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros, exceto EUA, Espanha, Argentina e Dinamarca estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

Informações geográficas	Receitas 2017	Receitas 2016	Ativos não circulantes (*) 2017	Ativos não circulantes (*) 2016
No país sede da entidade - Brasil	866.895	863.072	74.159	288.643
Nos Estados Unidos da América	368.186	419.101	305.166	319.324
Na EMEA (**)	244.231	342.148	748.801	486.715
Na Argentina	67.174	94.322	9.449	9.546
Nos demais países estrangeiros	27.988	5.207	1.397	1.322
Total	1.574.474	1.723.850	1.138.972	1.105.550

(*) Não contempla tributos diferidos. (**) Estão sendo considerados os seguintes países nesta linha: Dinamarca, Ilhas Maurício, Singapura, Panamá, África do Sul, Emirados Árabes, Índia e Indonésia. *Informações sobre os principais clientes:* Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento ("CPC 22"), equivalente ao IFRS 8, a Administração da Cia. informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Cia. e suas controladas. **19. Planos de benefícios de aposentadoria:** A Cia. concede planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados localizados no Brasil de acordo com os grupos definidos na política interna do plano de previdência. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Cia. e suas controladas em fundos controlados por agentes fiduciários. A Cia. contribui com uma porcentagem específica dos custos salariais para o plano de aposentadoria, sendo a única obrigação da Cia. com relação ao plano de aposentadoria a de fazer tais contribuições. Nos exercícios findo em 31/12/2017 e 2016, a Cia. e suas controladas reconheceram na demonstração de resultado do período na rubrica dos "Custos dos produtos vendidos e despesas operacionais", os seguintes valores relacionados a benefícios:

	Controladora		Consolidado	
Benefícios	2017	/2016	2017	2016
Plano de previdência privada	2.489	3.611	2.734	3.859
Total	2.489	3.611	2.734	3.859

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Cia. e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os principais passivos financeiros da Cia. e suas controladas referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos, obrigações com fornecedores. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Cia. e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros da Cia. e suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e que resultam diretamente de suas operações. Mensuração do valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo das contas a receber, partes relacionadas e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos e financiamentos da Cia. se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Cia., em 31/12/2017, são como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	3.217	3.217	88.343	88.343
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	162.588	162.588	208.514	208.514
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	739	739	17.454	17.454
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	137.239	137.239	376.519	376.519
Crédito com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	7.677	7.677	-	-
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	5.729	5.729	78.664	78.664
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	31.484	31.484	38.282	38.282
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	28.709	28.709	99.705	99.705
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	325.633	332.013	795.245	838.561
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	8	8	8	8

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Cia., em 31/12/2016, são como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	21.522	21.522	128.237	128.237
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	230.969	230.969	266.540	266.540
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	323	323	6.165	6.165
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	119.683	119.683	337.099	337.099
Crédito com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	403	403	-	-
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	9.131	9.131	54.776	54.776
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	31.358	31.358	37.254	37.254
Fornecedores	Outros passivos ao custo amortizado	34.435	34.435	106.027	106.027
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos ao custo amortizado	390.698	405.189	763.936	776.212
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Outros passivos ao custo amortizado	13.188	13.188	13.188	13.188

Hierarquia do valor justo: De acordo com o CPC 46/IFRS 13, a Cia. mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários pelo seu valor justo. O caixa, equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros registrados a valor justo em 31/12/2017 e de 2016:

		Controladora		
Descrição	2017	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	162.588	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	739	-
Total dos ativos	-	-	163.327	-

		Controladora		
Descrição	2016	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	230.969	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	323	-
Total dos ativos	-	-	231.292	-

		Consolidado		
Descrição	2017	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	208.514	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	17.454	-
Total dos ativos	-	-	225.968	-

		Consolidado		
Descrição	2016	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa	-	-	266.540	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	6.165	-
Total dos ativos	-	-	272.705	-

Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial. *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Cia. e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI. Para os empréstimos mais relevantes da Cia. o indexador atrelado é a taxa *Libor*. *Risco de câmbio:* O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Cia. e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Cia. e suas controladas (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Cia. em controladas no exterior. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Cia. e suas controladas a uma estimativa de valorização do Real em 25% e 50%, perante as controladas com moedas funcionais diferentes do Real, conforme descritas na Nota 2.6 (b). A análise de sensibilidade considera o patrimônio líquido das controladas convertido para o real no fim do período do relatório e considerando uma desvalorização de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A valorização do real resultaria em uma redução no patrimônio líquido nos montantes abaixo detalhados:

	31/12/2017	
Moeda	25%	50%
Peso Argentino	6.414	12.828
Peso Colombiano	504	1.009
Peso Mexicano	1.252	2.504
Peso Uruguaio	345	691
Euro	113.054	226.108
Dólar americano	106.534	213.068

A Cia. possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar americano ("Dólar") e do Euro. A Cia. estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31/12/2017, em um impacto nas despesas financeiras no valor de R$1.261 e R$2.523 relacionado a esses saldos. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Cia. e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com autarquias estaduais, que, devido à solidez de tais clientes, a Administração da Cia. não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber (Nota Explicativa nº 5). *Depósitos em bancos e instituições financeiras:* Todas as operações da Cia. e de suas controladas, diretas e indiretas, são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que, no entendimento da Administração da Cia., minimiza seus riscos. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Cia. e suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Cia. e suas controladas, diretas e indiretas, são monitorados diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Cia. e suas controladas. Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12/2017, de acordo com o que dita o parágrafo 39 do CPC 40 (R1):

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	28.709	-	-	-	-	28.709
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.020	62.500	62.500	199.613	-	325.633
Total	29.729	62.500	62.500	199.613	-	354.342

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	99.705	-	-	-	-	99.705
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.317	72.578	172.782	543.568	-	795.245
Total	106.022	72.578	172.782	543.568	-	894.950

Análise de sensibilidade: A Instrução CVM nº 475, de 17/12/08, dispõe que as Cias. abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. De uma forma geral, os principais riscos dos instrumentos financeiros utilizados pela Cia. estão atrelados: (i) à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e às aplicações financeiras. (ii) à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora, e (iii) à taxa Libor no que tange os empréstimos captados pela Cia. e suas controladas através da subsidiária Valid USA e controlada direta Valid Espanha. Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Cia. são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI; já os encargos financeiros dos empréstimos são representados pela Libor mais taxa fixa contratual e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP. Adicionalmente, a Cia. possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Cia. por entender que não geraria nenhum benefício.Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Cia., em 31/12/2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas pelo BM&F Bovespa datado em 17/01/2018 foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, de 6,97%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data-base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31/12/2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	162.588	CDI	6,97%	5,23%	3,49%
Receita financeira bruta			11.332	8.503	5.674

Consolidado					
Operação	Saldo em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	208.514	CDI	6,97%	5,23%	3,49%
Receita financeira bruta			14.533	10.905	7.277

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Cia. com as debêntures em 31/12/2017. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, alcançando o indexador de 7,68% para a quarta emissão, para a quinta emissão 109% e para sexta emissão 114,8% do CDI projetado alcançando o indexador de 7,60% e 8,00%, sendo este cenário considerado como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data-base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31/12/2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (4ª emissão)	63.284	CDI	7,68%	9,42%	11,17%
Despesa financeira bruta	-	-	4.860	5.961	7.069

Operação	Saldos em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (5ª emissão)	62.554	CDI	7,60%	9,50%	11,40%
Despesa financeira bruta	-	-	4.754	5.943	7.131

Operação	Saldos em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures (6ª emissão)	199.795	CDI	8,0%	10,0%	12,0%
Despesa financeira bruta	-	-	15.984	19.980	23.975

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Certificadora com o financiamento em 31/12/2017. Foi considerada a taxa de 6,75% como TJLP projetada e divulgadas pelo BNDES em janeiro de 2018 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento BNDES	5.129	TJLP	6,75%	8,44%	10,13%
Despesa financeira bruta	-	-	346	433	520

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da controlada indireta Valid USA e Valid Espanha com os empréstimos em 31/12/2017. Foi considerada 2,46% como Libor projetada e divulgadas pelo Terminal Bloomberg em 17/01/2018 e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	112.288	Libor	2,46%	3,08%	3,69%
Despesa financeira bruta	-	-	2.762	3.458	4.143

Operação	Saldos em 2017	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid Espanha	166.254	Libor	2,46%	3,08%	3,69%
Despesa financeira bruta	-	-	4.090	5.121	6.135

21. Seguros: A Cia. adota a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31/12/2017, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Cia. possuía são as seguintes:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	68.470
Riscos operacionais	979.881
Riscos diversos	170.632
Veículos	1.503
D&O - Responsabilidade civil executivos	48.156
E&O - Responsabilidade profissional	344.800
Fidelidade e crime	US$11.500
Transporte de mercadorias-importação/exportação	11.616

22. Receita de vendas líquida	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita bruta de vendas de produtos	52.314	59.368	559.278	759.540
Receita bruta de vendas de serviços	709.059	712.240	1.144.534	1.101.023
Total da receita bruta	761.373	771.608	1.703.812	1.860.563
Impostos sobre vendas	(97.897)	(98.346)	(121.345)	(122.642)
Devoluções sobre vendas	(5.739)	(6.776)	(7.993)	(14.071)
Receita de vendas líquida	657.737	666.486	1.574.474	1.723.850

23. Custos e despesas por natureza: A Cia. optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento dos custos e despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Mão de obra	162.644	158.175	359.857	384.660
Benefícios a empregados	59.702	68.998	83.161	95.293
Impostos e taxas	53.304	53.752	81.909	84.719
Arrendamento operacional	21.728	31.025	41.255	47.915
Depreciação e amortização	43.465	43.377	98.803	96.216
Material de consumo/matéria-prima	118.734	158.857	452.244	481.274
Serviços de terceiros	33.159	23.815	114.089	113.394
Manutenção	14.083	12.182	25.964	25.489
Utilidades e serviços	38.899	41.052	83.354	86.166
Comissões sobre vendas	7.463	8.720	16.769	38.340
Frete sobre vendas	10.974	10.830	20.607	23.933
Gerais e outros	32.591	32.473	46.170	65.151
	596.746	643.256	1.424.182	1.542.550

Despesa por natureza	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	532.582	562.576	1.220.947	1.277.200
Despesas com vendas	32.853	38.964	115.121	163.936
Despesas gerais e administrativas	31.311	41.716	88.114	101.414
	596.746	643.256	1.424.182	1.542.550

24. Receitas e despesas financeiras	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.645	15.980	19.289	27.886
Desreconhecimento de passivo financeiro (1)	8.800	-	8.800	-
Variação cambial e juros sobre mútuos	-	2.192	-	-
Variação cambial de empréstimos	-	-	28.397	-
Outras variações cambiais	1.375	1.615	17.042	23.930
Outras receitas financeiras	260	1.303	572	1.212
	25.080	21.090	74.100	53.028
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(38.220)	(46.408)	(59.441)	(63.568)
Variação cambial e juros sobre mútuos	-	(4.629)	-	(2.785)
Outras variações cambiais	(564)	(2.821)	(30.634)	(24.290)
Juros e variação cambial de empréstimos e leasing	(209)	(1.277)	(5.715)	(1.434)
Despesas bancárias	(1.071)	(1.751)	(5.307)	(5.191)
Outras despesas financeiras	(1.351)	(441)	(2.326)	(1.510)
	(41.415)	(57.327)	(103.423)	(98.778)
Total líquido	(16.335)	(36.237)	(29.323)	(45.750)

(1) Refere se ao fruto do processo de desreconhecimento do passivo financeiro na compra de determinados equipamentos no valor de R$9.712 (Nota Explicativa nº 12). A variação cambial e juros sobre mútuos, no consolidado inerente ao exercício findo em 31/12/2016, refere-se aos ganhos e perdas derivados das flutuações das moedas dos contratos de mútuos firmados, quando estas estão indexadas em moeda diferente da moeda funcional das entidades. A variação cambial tal rubrica no Consolidado inerente ao exercício findo em 31/12/2017, está impactada principalmente pela atualização das contas a receber e a pagar atrelados a transações com moeda diferente da moeda funcional da entidade. Na rubrica de "Variação monetária de empréstimos" estão registradas as flutuações ativas e passivas decorrente dos empréstimos captados em dólares pela Valid Espanha. **25. Outras receitas (despesas) operacionais:** As principais informações de registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, estão sendo apresentadas a seguir:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Despesas com reestruturação	(17.966)	(14.777)	(36.085)	(34.008)
Outras despesas operacionais líquidas	(2.033)	(6.771)	(18.813)	(34.096)
Total de outras despesas operacionais	(19.999)	(21.548)	(54.898)	(68.104)

A Cia. e suas controladas decidiram realizar a consolidação de plantas nas regiões do Brasil e Estados Unidos da América, ambas em maio de 2016, através de um plano detalhado aprovado pela Administração, a Cia. e suas controladas realizaram a constituição de provisão para os gastos com reestruturações, com o objetivo de otimizar seus recursos, incrementar seu desempenho operacional e competitividade. Inclui as seguintes naturezas: mão de obra, provisão para desmobilização e outras pulverizadas. Os desembolsos de recursos envolvendo estas consolidações ocorreram até o final de 2017. Em função das diferenças temporais tributárias nesta operação, foram constituídos a provisão para IR e contribuição social diferidos que estão registrados, na Controladora e Consolidado conforme Nota Explicativa nº 6. **26. Divulgações adicionais às demonstração dos fluxos de caixa:** a) Transações não caixa:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Imobilizado e intangível adquiridos e não pagos	2.831	1.895	4.565	3.628
Captação de leasing financeiro	-	12.045	-	22.232
Custo na venda da participação acionária	-	-	-	26.907
Capitalização Mútuo Valid USA	-	-	-	25.191
Capitalização Mútuo Espanha	-	39.600	-	39.600
Incorporação da controlada Trust	-	4.262	-	-
Capitalização Mútuo Argentina	-	478	-	478

b) Movimentação dos passivos das atividades de financiamento: As principais movimentações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing nas atividades de financiamento nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, estão sendo apresentadas a seguir:

Controladora	Saldos em 2016	Provisões	Pagamentos (principal + juros)	Desreconhecimento de passivo financeiro	Transferências*	Saldos em 2017
Passivos financeiros						
Debêntures	390.698	38.220	(103.284)	-	(1)	325.633
Leasing	26.458	209	(6.371)	(8.800)	(9.711)	1.785
Total	417.156	38.429	(109.655)	(8.800)	(9.712)	327.418

(*) Refere se a transferência para o grupo de fornecedores para pagamento do equipamento no processo de desreconhecimento do passivo financeiro na compra de determinados equipamentos no valor de R$9.712 (Nota Explicativa nº 12).

Consolidado	Saldos em 2016	Captações	Provisões	Pagamentos (principal + juros)	Desreconhecimento de passivo financeiro	Variação cambial	Transferências*	Saldos em 2017
Passivos financeiros								
Debêntures	390.698	-	38.220	(103.284)	-	-	(1)	325.633
Leasing	37.534	-	-	(9.388)	(8.800)	604	(9.711)	10.239
Empréstimos	361.398	330.416	20.504	(252.920)	-	5.085	-	464.483
Financiamentos	11.840	-	717	(7.428)	-	-	-	5.129
Total	801.470	330.416	59.441	(373.020)	(8.800)	5.689	(9.712)	805.484

(*) Refere se a transferência para o grupo de fornecedores para pagamento do equipamento no processo de desreconhecimento do passivo financeiro na compra de determinados equipamentos no valor de R$9.712 (Nota 12).

Declaração dos Diretores da Cia. sobre as Demonstrações Financeiras: Em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09, a Diretoria da Cia. declara que examinou, discutiu, revisou e concordou com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2017.

Declaração dos Diretores da Cia. sobre o Parecer dos Auditores Independentes: Em conformidade com o inciso V do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09, a Diretoria da Cia. declara que examinou, discutiu, revisou e concordou com a opinião de seus auditores independentes referenciada no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Cia., referentes ao exercício findo em 31/12/2017.

Diretoria: Carlos Affonso Seigneur d'Albuquerque – Diretor Presidente; Rita Cristiane Ribeiro Carvalho – Diretora Financeira e de Relações com Investidores; Zênio Rimes de Almeida – Diretor de Identificação; Jorge Alberto Hernandez Olvera – Diretor de Meios de Pagamento e Telecom ; Patrícia Pineiro de Souza – Diretora de Recursos Humanos; Daniel Matos Impieri – Diretor Industrial. **Contador:** Domingo José Antelo Gonzalez – CRC-RJ 51.066/O-7; **Conselho De Administração:** Sidney Levy – Presidente; Marcílio Marques Moreira – Vice-Presidente; Regis Lemos de Abreu Filho – Conselheiro Independente; Bruno Constantino Alexandre dos Santos – Conselheiro Independente; Luiz Maurício Leuzinger – Conselheiro Independente; Claudio Almeida Prado – Conselheiro Independente; André Luiz Oda – Conselheiro Independente.

Relatório do auditor independente sobre asdemonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.** Rio de Janeiro - RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. em 31/12/2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Cia. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Cia. possui contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura de R$ 410.139 mil em 31/12/2017, que representa 20% do total do ativo consolidado da Cia. naquela data. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a Cia. deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, cotação de moedas estrangeiras e rentabilidade dos negócios da Cia. e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil e dos países em que se encontram suas controladas, os quais não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Cia., em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (ii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iii) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Cia. sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.7, a Cia. reconhece suas receitas pelo regime de competência e na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável. No caso da venda de produtos, isso ocorre quando os produtos são efetivamente entregues ao comprador, transferindo os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos. Quanto à venda de serviços, a receita é reconhecida apenas quando ocorre a efetiva prestação dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Cia. foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de produtos vendidos e serviços prestados; (iii) à sua geração em diferentes jurisdições; e (iv) a relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Cia. e suas controladas a possuir controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Cia. relacionados ao reconhecimento de receita; (ii) inspeção física de uma amostra de transações realizadas no decorrer do exercício, atentando para a inspeção dos contratos, dos pedidos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes da efetiva entrega dos produtos e/ou dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega dos produtos vendidos e/ou serviços prestados durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) a realização de procedimentos substantivos analíticos detalhados para avaliar as tendências e padrões das receitas reconhecidas em bases mensais pela Cia.; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas 2.7 e 22 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Cia. derivadas das vendas de produtos e de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. para o exercício findo em 31/12/2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10/03/2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 05/03/2018. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6; Marcelo Felipe L. de Sá - Contador - CRC-1RJ094644/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. e Consolidado, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 05/03/2018, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição antecipada de dividendos, e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

1. Apresentação e Informações Gerais: O Comitê de Auditoria foi instalado na Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. em 20/06/2017, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos rastreando a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos. (iv) a adequação das transações com partes relacionadas; (v) a gestão e monitoramento das exposições ao risco da Cia. No cumprimento de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Valid sejam completas e exatas e estejam de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Esta responsabilidade é da Administração e dos Auditores Independentes. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento e de eventuais informações provindas dos canais de denúncias, previsto no item 3.6. **2. A Composição do Comitê:** De acordo com o seu Regimento Interno, o CAE deverá ser composto por, no mínimo 3 membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração da Valid, sendo ao menos 01 membro do Conselho de Administração da Valid que não participe da Diretoria, ao menos 01 dos membros do CAE com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e a maioria dos membros independentes. No dia 20/06/2017, o Conselho de Administração da Valid aprovou a nomeação dentre os membros do Conselho, os Conselheiros, Sr. Marcílio Marques Moreira, o Sr. André Luiz Oda e o Sr. Claudio Almeida Prado para compor o Comitê de Auditoria Estatutário. **3. Resumo das Atividades em 2017: 3.1. Reuniões Realizadas e Principais Características:** No período de 20/06/2017 a 28/02/2018, foram realizadas 13 reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria da VALID, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes para realizar o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria. As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram devidamente formalizadas em atas. **3.2. Auditoria Independente:** O Comitê mantém com os auditores externos (Ernest & Young) um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Estas reuniões têm como objetivo a apreciação das Revisões Trimestrais (ITR) e da Demonstração Financeira Anual de 2017 antes de suas divulgações ao mercado. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Ernest & Young, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos. **3.3. Demonstrações Contábeis:** O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Gerência Executiva de Contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, incluindo práticas contábeis relevantes, provisões e contingências. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. **3.4. Auditoria Interna:** O Comitê de Auditoria se reuniu com a Auditoria Interna para aprovação do Mapa de Risco levantado pela Auditoria Interna e do Plano de Auditoria Interna, Plano Plurianual – 5 anos (2017 a 2021). No decorrer do segundo semestre de 2017, O Comitê de Auditoria acompanhou a implantação do Departamento de Auditoria Interna, o desenvolvimento e execução dos trabalhos por meio de realização de reuniões periódicas. O Relatório final da Auditoria Interna emitido para os executivos da empresa incluindo as deficiências, justificativas e planos corretivos, foi discutido, aprovado pelo Comitê e apresentado ao Conselho de Administração. O Comitê avalia positivamente a Cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a liquidez e solidez, isto é, a integridade e continuidade da Organização. **3.5. Sistemas De Controles Internos:** A Administração da VALID é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Ernest &Young é a firma de auditoria externa responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma complementar, apresentar relatório sobre o resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras. **3.6. Canal de Denúncias:** Em 2017, a Administração da VALID formalizou uma área de *Compliance* com a implementação de um novo Canal de Denúncia independente. Foram definidas novas Políticas e Diretrizes para acompanhamento desse canal, com definição das responsabilidades no recebimento, apuração e tratamento das denúncias de fraude, corrupção e suspeitas de violação do Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência. **3.7. Gestão e Monitoramento de Riscos:** O Comitê, avaliou, em reuniões com a Diretoria, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos e vem acompanhando os esforços da empresa com o desenvolvimento de gestão de riscos, o que deverá resultar em melhores controles na gestão integrada dos negócios. O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da VALID. O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização. **3.8. Transações com Partes Relacionadas:** O Comitê de Auditoria tem como uma de suas atribuições "*avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Cia. e suas respectivas evidenciações.*" Este tema foi avaliado pelo Comitê de Auditoria em reunião realizada em 04/01/2018, a partir da apresentação realizada pela Gerência Executiva de Contabilidade dos pontos relevantes do Relatório de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, o Comitê e a Auditoria Interna se reuniram com a Auditoria Externa para uma apresentação dos procedimentos de testes e abordagem para validação dos saldos referentes a partes relacionadas das demonstrações financeiras. **3.9. Outras Atividades:** Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria tratou de outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da empresa junto ao Conselho de Administração, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias do negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações. **4. Comunicações Do Comitê De Auditoria: 4.1. Conselho de Administração:** O Comitê de Auditoria reporta suas atividades bimestralmente ao Conselho de Administração, em suas reuniões ordinárias, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Cia. **4.2. Alta Administração - Diretoria Executiva e Gerentes Executivos:** Para as reuniões realizadas pelo Comitê de Auditoria, quando necessário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. **5. Recomendações à Diretoria Executiva:** O Comitê de Auditoria recomendou à Diretoria Executiva que sejam providenciados todos os recursos necessários para a completa implantação dos Planos de Ação recomendados pelas Auditoria Independente e Auditoria Interna. **6. Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração:** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VALID, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2017"). Considerando as informações prestadas nesta data pela Administração da VALID e pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31/12/2017, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. Marcílio Marques Moreira - Membro e Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário; André Luiz Oda - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário; Claudio Almeida Prado - Membro do Comitê de Auditoria Estatutário.